

L'OSSERVATORE ROMANO

Redacção: Tel. 698.47.02
Administração: Tel. 698.48.62
CIDADE DO VATICANO

EDIÇÃO SEMANAL EM PORTUGUÊS
UNICUIQUE SUUM NON PRAEVALEBUNT

Ano X - Número 21 (495)
27 de Maio de 1979

Assinatura anual por via ordinária: Portugal Metropolitano e Insular: \$ 17,00 U.S. (Esc. 750\$00); por via aérea: Portugal Metropolitano e Insular: \$ 24,00 U.S. (Esc. 1.050\$00); por via aérea: África e América Lat.: \$ 23,00 U.S.; América do Norte: \$ 28,00 U.S.; Ásia: \$ 26,00 U.S.; Europa: \$ 24,00 U.S.; Oceânia: \$ 30,00 U.S. - Número avulso: 250 liras - Publicidade: Concess. A. Manzoni e C.; Sede: Milano, V. Agnello 12; Roma, V. del Corso 107, tel. 6794091; Città del Vaticano, V. S. Pellegrino - Tarifas: anúncios comerciais lit. 400; necrologias lit. 500; an. redaccionais lit. 600; an. financeiros lit. 700

FOI EXTRAORDINARIAMENTE CORDIAL e significativa a primeira visita do Papa Wojtyła, João Paulo II, a território português em sentido próprio: a Igreja nacional de Santo António dos Portugueses, em Roma. Era o dia 23 de Maio, data em que se comemorava o oitavo centenário da promulgação da Bula "Manifestis probatum", precisamente de 23 de Maio de 1179, mediante a qual o Papa Alexandre III "reconheceu a realeza do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, e, desta forma, a existência de Portugal como novo Estado cristão".

As comemorações da efeméride, em Roma, tiveram dois momentos centrais: a visita do Sumo Pontífice à Igreja dos Portugueses, na parte da manhã; e, à tarde, uma sessão solene no auditório do Instituto dos Missionários da Consolata, presidida pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e em que o Reitor Magnífico da Pontifícia Universidade Urbaniana, o português Prof. Dr. José Saraiva Martins, proferiu uma conferência subordinada ao tema: "O Papado e a independência de Portugal". (A esta sessão vespertina referir-nos-emos no próximo número deste jornal).

Na Igreja de Santo António, o Santo Padre celebrou o Sacrifício da Missa, a que assistiram, junto do altar, além dos Cardeais D. Maximilien de Furstenberg (antigo Núncio Apostólico em Lisboa) e António Samoré (Arquivista e Bibliotecário da Santa Igreja Romana) recém-chegado de Portugal onde estivera presente nas sessões da Academia de História e da Academia das Ciências (esta última sessão presidida pelo Chefe de Estado, General Ramalho Eanes), os cinco Arcebispos portugueses: D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa; D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo-Prímaz de Braga; D. David de Sousa, Arcebispo de Évora; D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo resignatário de Luanda; e D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo resignatário de Lourenço Marques.

Quis também associar-se, com a sua presença na cerimónia, um Prelado Brasileiro muito amigo de Portugal, o Senhor D. António Joubert, Arcebispo Maronita de Trípoli no Líbano, então de passagem em Roma.

A acompanhar o Santo Padre foram, do Vaticano: o Prefeito da Casa Pontifícia, D. Jacques Martin; Monsenhor Julius Paetz, Camareiro participante; o Secretário particular do Papa, Monsenhor Stanislaw Dziwisz; e Monsenhor Mário Silveira Ribeiro, da Secretaria de Estado; Monsenhor Virgílio Noé, Mestre das Cerimónias Pontifícias, e Monsenhor Angelo di Pasquale, Cerimoniário Pontifício.

Presentes ainda, com as Ex.mas Esposas: o Senhor Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. José Calvet de Magalhães; o Senhor Embaixador do Brasil junto da Santa Sé, Dr. Espósito Freitas Rezende; o Senhor Embaixador de Portugal junto do Governo Italiano, Dr. Tomás Andresen; o Secretário da Embaixada na Santa Sé, Dr. José Duarte Ramalho Ortigão; o Conselheiro na mesma Embaixada, Dr. Miguel Trigueiros; e o Conselheiro Eclesiástico, Monsenhor Joaquim Carreira; e ainda, da Embaixada junto do Quirinal, o Secretário, Dr. António Monteiro Portugal; o Conselheiro, Dr. António Monteiro; o Conselheiro Cultural, Dr. Manuel Popp Lopes Cardoso; e o Conselheiro de Imprensa, Dr. José Sas Portas. Com outros Membros do Pessoal Diplomático de ambas as Embaixadas.

Um lugar especial foi reservado para o Príncipe de Bragança, Senhor Dom Duarte Nuno, descendente directo dos Reis de Portugal.

Eram muito numerosos os representantes da Colónia Portuguesa de Roma, que, à chegada do Papa, o receberam com extraordinária vibração e respeito carinho.

À entrada na Igreja, o Santo Padre foi recebido pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e pelo Reitor da Igreja de Santo António dos Portugueses bem como do Pontifício Colégio Português de Roma, Monsenhor Teodoro de Faria.

D. António Ribeiro dirigiu ao Sumo Pontífice uma deferente saudação de homenagem. E, no momento próprio da Liturgia da Palavra, o Santo Padre pronunciou, em língua portuguesa, a homília cujo texto integral se transcreve nestas páginas.

Visita do Santo Padre à igreja de Santo António dos Portugueses

Três coordenadas da trajectória de fidelidade na vida cristã do dilecto Povo português



Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, dia 3 de Maio. Na homília da Missa, o Papa lembrou as três coordenadas da trajectória de fidelidade a Deus e à Igreja na vida cristã e na piedade do Povo português: Cristo, Redentor e Salvador, que não acaso figura nas quinas da bandeira pátria; a Virgem Santíssima, Mãe de Deus e Mãe da Igreja, Nossa Senhora "como vós preferis chamá-la", a qual, na Casa Lusitana e Terra de Santa Maria, de "Senhora" passou a ser "Rainha"; e a vivência da missão missionária, que é "dimensão essencial da Igreja".

Durante a celebração do Sacrifício da Missa, após a leitura do Evangelho o Santo Padre pronunciou — em língua portuguesa — a seguinte homília:

Senhor Cardeal Patriarca e veneráveis Irmãos no Episcopado,

Excelentíssimos Senhores,

Amadíssimos filhos e filhas de Portugal "fidelíssimo":

A graça do Senhor Jesus esteja com todos vós!

Assim vos saúdo cordialmente, com apreço e gratidão pela alegria deste encontro. E por vós, por vós especialmente amados Irmãos Bispos e Se-

nhores Embaixadores, saúdo o querido Povo português.

Congregou-nos aqui o amor de Cristo, para louvar e agradecer a Deus. O motivo é um apelo e uma resposta, que vêm de há oito séculos. O apelo, feito pelo meu Predecessor Alexandre Terceiro, na Bula *Manifestis probatum*, ao vosso primeiro Rei Dom Afonso Henriques, dirigia-se a Portugal. E dizia: "submisso e devotado à santa Igreja Romana, exercitando... na dilatação dos confins da Fé cristã, (que) a Sé Apostólica se alegre (sempre) por tão devoto e glorioso filho, e descanse em teu amor" (1). E a resposta deu-a Portugal, ao longo da sua história.

Nesta data significativa, aqui na igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, bem perto do Túmulo de São Pedro, entre os motivos de comum alegria — como frisou no seu discurso o Senhor Cardeal Patriarca — no nosso louvor a Deus prevalecem as relações entre Portugal e a Sé Apostólica, em oito séculos de história, percorridos juntamente.

O que caracterizou essa caminhada em conjunto, talvez se possa sintetizar nisto: fidelidade à Igreja, Mãe e Mestra dos povos, da parte de Portugal, desde quando o seu primeiro Rei, pela Carta *Claves regni*, ofereceu à Igreja Romana a terra portugalense (2); e boa vontade, da parte da Santa Sé, que vai até conceder a Portugal o título de "fidelíssimo", na pessoa dos seus soberanos (3).

Nesta selecta representação, que aqui veio hoje orar com o Papa, vejo a herança e a identidade de Portugal cristão, com antigas e renovadas fidelidades, com passadas e presentes aspirações. São de Deus conhecidas e deixo no coração, neste momento, evocações respeitadas e justas menções de pessoas e factos, que, na vossa pátria, marcaram a vida da Igreja, uma e única, sempre e em toda a parte solícita pela vocação do homem em Cristo (4).

Nesta nossa Liturgia de agradecimento ao Senhor, quereria apenas lembrar três coordenadas da trajectória de fidelidade a Deus e à Igreja, na vida cristã e na piedade do dilecto Povo português, como outros tantos motivos de regozijo no Senhor, e de estímulo para o futuro. E essas coordenadas são:

— Cristo, Redentor e Salvador, não acaso a figurar, em expressivo símbolo, nas quinas da bandeira pátria, e cuja cruz assinalava as caravelas de quinhentos, lançadas em gloriosa aventura, também por motivo de "cristãos atrevimentos" (5);

— a Virgem Santíssima, Mãe de Deus e Mãe da Igreja, Nossa Senhora, como vós preferis chamá-la, a qual, na "Casa Lusitana" e "Terra de Santa Maria", a dado momento, de "Senhora" passou a ser "Rainha de Portugal" (6);

— a vivência daquela dimensão essencial da Igreja, qual é a de ser por sua natureza missionária (7): a obra de evangelização realizada constituiu uma das mais lídimas glórias religiosas de Portugal (8).

Na luz do passado, este grato encontro de hoje — Portugal do presente e o presente da Igreja na vossa pátria com o Sucessor de São Pedro — é propósito de continuidade na linha das vossas fidelidades. Oxalá todos os Portugueses, buscando o bem comum — segundo Deus, a lei suprema de toda a sociedade — se empenhem em cultivar os valores espirituais, num clima social de moralidade, justiça, paz e amor fraterno.

Sim, amados Portugueses: cultivai

Continua na pág. 2 ●

Este número é especialmente dedicado às comemorações do oitavo centenário da promulgação da Bula "Manifestis probatum", mediante a qual o Papa Alexandre III reconheceu a realeza do primeiro monarca português e, desta forma, a existência de Portugal como novo Estado cristão.

— A visita do Santo Padre João Paulo II à igreja de Santo António dos Portugueses em Roma: homília do Sumo Pontífice e saudação de homenagem do Cardeal Patriarca de Lisboa a Sua Santidade	1-2
— Um estudo do Senhor Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. José Calvet de Magalhães: "O Papa Alexandre III reconhece o Reino de Portugal"	5-8
— Artigo do Prof. Giuseppe Carlo Rossi: "A Santa Sé e Portugal"	2-9
— Reportagem fotográfica da cerimónia na igreja nacional de Santo António	2-9

Três coordenadas da trajectória de fidelidade na vida cristã do dilecto Povo português

• Continuação da primeira página

a dignidade pessoal, conservai o bom espírito de família e respeitai a vida e o Senhor da vida e Senhor da história; que no viver e testemunhar a vossa opção por Cristo, continueis a ouvir o vosso épico e "muito façais na Santa Crisandade" (9).

Em vós, aqui presentes, abençoo a vossa terra e o vosso Povo — pessoas, famílias e comunidades, com os seus responsáveis, pensando também nos vossos emigrantes e, com particular afecto, nos meus Irmãos Bispos. O Papa vos ama, a todos, e confia em vós!

E concentrando a mente e o coração em Cristo, do qual procedem todas as coisas e para o qual são todas as coisas (10), nesta Eucaristia, pelo valimento de Nossa Senhora e dos Santos da vossa terra, vamos continuar a louvar, agradecer e a pedir a Deus Pai, por Portugal, unidos no Espírito Santo. Amém!

1) Alexandre PP. III, Bula *Manifestis probatum*, 23 de Maio de 1179: Lisboa, Torre do Tombo, Cx. das Bulas, m. 16, doc. 20.

2) Cfr. Dom Afonso Henriques, Carta *Claves regni* ao Papa Lúcio II, 13 de Dezembro de 1143.

3) Cfr. Bento PP. XIV, Bula *Charissime in Christo* ao Rei de Portugal Dom João V, 17 de Dezembro de 1748: *Bullarium Romanum*, Venetiis 1778, t. III, p. 1.

4) Cfr. Enc. *Redemptor Hominis*, n. 18.

5) Camões (de) Luís, *Lusíadas*, Canto VII, 14.

6) Cfr. *Auto de Aclamação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal pelas Cortes de Lisboa*, em 1646; referido por Oliveira - P. Miguel, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa 1958, p. 333 ss.

7) Cfr. II Conc. do Vaticano, Decr. *Ad Gentes*, 1: AAS 58 (1966), p. 964.

8) Cfr. Pio PP. XII, Enc. *Saeculo exeunte octavo*, ao Episcopado Português, de 13 de Junho de 1940.

9) Camões (de) Luís, *Lusíadas*, Canto VII, 5.

10) Heb. 2, 10.

Saudação do Cardeal Patriarca de Lisboa

Apenas iniciados os ritos introdutórios da celebração da Missa, o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro dirigiu ao Santo Padre a seguinte saudação de homenagem:

Santíssimo Padre.

1. Há oito séculos, um Predecessor de Vossa Santidade na Cátedra de Roma,



João Paulo II, na cátedra junto do Altar, ouvindo a saudação que lhe é dirigida pelo Senhor Cardeal D. António Ribeiro Patriarca de Lisboa.



A entrada da igreja nacional de Santo António dos Portugueses, o Santo Padre foi recebido pelo Cardeal D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa; por Monsenhor Teodoro de Faria, Reitor da Igreja de Santo António e também Reitor do Pontifício Colégio Português de Roma; por Monsenhor Virgílio Noé, Mestre das Cerimónias Pontifícias (à direita na foto); e por Monsenhor Angelo Di Pasquale, Cerimoniário Pontifício (à esquerda). Entre Monsenhor Di Pasquale e Monsenhor Faria entrevê-se, na fotografia, a figura de Monsenhor Mário Silveira Ribeiro, da Secretaria de Estado, o qual, juntamente com Sua Ex.cia Rev.ma D. Jacques Martin, Prefeito da Casa Pontifícia, Monsenhor Stanislaw Dziwisz, Secretário particular do Papa, e Monsenhor Juliusz Paetz, Camareiro participante, acompanhara o Santo Padre, do Palácio Apostólico à Igreja de Santo António.

o Papa Alexandre III, reconheceu formalmente o Reino de Portugal, atribuindo ao primeiro monarca português o título de Rei e colocando o novo Estado sob a protecção de São Pedro e dos seus Successores.

Era o dia 23 de Maio de 1179. E,

na memória histórica dos portugueses, nunca esta data deixou de ser evocada, através das gerações, como marco de referência e como linha de horizonte, condicionantes da própria fisionomia da Nação.

De facto, Portugal nasceu cristão, não

A Santa Sé e Portugal

chega-se à paz (1143) com a Conferência de Zamora, onde Afonso Henriques vê reconhecido o título de rei de Portugal por Afonso VII, que por outro lado continua a considerar-se soberano do rei português enquanto imperador cristão de toda a península.

A Conferência de Zamora assistiu o Cardeal Guido de Vico, Delegado do Papa Inocêncio II; nas suas mãos Afonso Henriques prestou juramento de vassalagem ao Pontífice, comunicando-lhe pessoalmente o facto através da carta "Claves regni coelorum" na qual se empenhava, como empenhava os seus sucessores, a pagar quatro onças de ouro à Santa Sé. Era a implícita fórmula de pedido de reconhecimento da independência do novo reino, segundo o costume medieval, em que tal reconhecimento por parte da Santa Sé assumia valor internacional.

Mas a diplomacia teve de trabalhar muito antes que o novo rei obtivesse tal satisfação. Teriam de passar ainda 36 anos, a Inocêncio II sucederem outros cinco Pontífices, antes que Alexandre III se decidisse a reconhecer oficialmente a existência de Portugal, com a bula "Manifestis probatum" datada de 23 de Maio de 1179, na qual o título de "dux" — que tinha persistido nos muitíssimos documentos pontifícios deste longo período — era substituído pelo de "rex": "Rei Ilustre dos Portugueses" cujos domínios passavam a ser denominados "Reino de Portugal".

Era o suspirado reconhecimento explícito e definitivo para Afonso Henriques e para os seus sucessores: "O que concedemos a ti, igualmente concedemos aos teus herdeiros".

Portugal quis celebrar solenemente o oitavo centenário da solução daquele problema. O actual Embaixador português junto da Santa Sé, Dr. José Calvet de Magalhães, publicou em Roma, editado pelo Instituto Português de Santo António, um estudo bilingue, em italiano e português, com o título "Alexandre III reconhece o Reino de Portugal", que corresponde a uma dupla finalidade: apresentar em síntese a história daquele facto documental pontifício já estudados por

só porque, desde a origem, aglutinou populações que, de há muito, professavam a fé católica, mas ainda porque, quase desde a primeira hora da sua independência, pôde contar com a protecção benevolente da Santa Sé Apostólica.

2. A bula de Alexandre III inculcava ao Rei português o dever da fidelidade à Igreja Romana e cometia-lhe o encargo de dilatar os confins da fé católica, conforme as circunstâncias o permitissem.

A obra da expansão da fé — desde logo na reconquista cristã da Península Ibérica e, mais tarde, na descoberta dos novos mundos do Oriente e do Ocidente — realizou-a Portugal em verdadeira epopeia de heroísmo, que lhe mereceu um dos seus maiores títulos de glória.

O dever de fidelidade à Igreja de Roma exprimiui-se sempre, e ainda agora se exprime, na devoção terna e intensa do povo português ao Santo Padre, seja qual for o seu nome. Depois do culto tributado ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia e da veneração oferecida a Santa Maria, Mãe de Deus e Padroeira de Portugal, a devoção filial ao Papa é a que ocupa o primeiro lugar, na alma e no coração dos católicos portugueses.

3. Por isso, Santíssimo Padre, quando entre nós houve notícia de que Vossa Santidade escolhera o dia de hoje para visitar esta Igreja de Santo António, o Santo nascido em Lisboa para glória de todo o mundo católico, dignando-se celebrar aqui a Eucaristia, uma onda de júbilo percorreu Portugal inteiro e cada português desejava vir a Roma trazer ao Papa a muita gratidão da Nação Fidelíssima.

Por delegação expressa da Conferência Episcopal, estão presentes os três Metropolitanos — os Arcebispos de Braga e de Évora e o Patriarca de Lisboa — para, em nome dos Pastores e dos fiéis, manifestarem o mais vivo reconhecimento pelo penhorante gesto de Vossa Santidade, unidos na mesma voz a outros bispos que já antes aqui se encontravam. Nas Autoridades diplomáticas acreditadas junto da Santa Sé e junto do Quirinal, bem como nos demais portugueses residentes em Roma, descobrirá Vossa Santidade testemunho idêntico da gratidão de Portugal.

A partir de hoje, a data de 23 de Maio passa a ser mais digna de memória. A Eucaristia a que Vossa Santidade preside, neste templo, é garantia certa de bênçãos abundantes para a Pátria portuguesa e para a Igreja no nosso País.

um historiador bem conhecido Carl Erdmann; e é a história de um acontecimento cujos enredos se inserem por sua vez no conjunto bem mais complicado da história da Península Ibérica durante os séculos da "Reconquista", feita de alianças e de guerras entre reinos cristãos e árabes, e ulteriormente complicada pelos problemas internos da Igreja local.

Aparecem bem claros os motivos da longa perplexidade de Roma sobre o problema: o temor, por parte da Sé Apostólica, de a constituição de um novo reino cristão vir a contribuir para o enfraquecimento da acção contra os árabes, devido a uma possível dispersão das forças; a resistência feita pelos preladados do Reino de Castela e Leão à independência do clero do território português. E foi esta resistência, sem sombra de dúvida, o motivo dominante no tempo e na intensidade: é o jogo desconcertante das diatribes entre as sés eclesíasticas de Toledo, Santiago, Braga, etc. até à solução final verificada num difícil caminho de negociações através do tempo e do reconhecimento: é este o fulcro da exposição de Calvet de Magalhães, que muito oportunamente reproduz em apêndice o texto original — com tradução portuguesa e italiana — da bula "Manifestis probatum" (bula que se conserva no Arquivo Nacional de Lisboa, "Torre do Tombo").

A Santa Sé cedo superou o medo de uma possível dispersão de forças cristãs na península, ao constatar a atitude de guerra de Afonso Henriques contra os mouros: prosseguiu a avançada para o sul; em 1147 conquistou primeiramente Santarém e depois Lisboa (conquista que se fez graças à ajuda de cruzados Alemães, Franceses, Ingleses, Flamengos e Italianos, entre os quais se encontravam sobretudo genoveses, que se dirigiam para a Terra Santa) fixando-se definitivamente na Estremadura, penetrando no interior do Alentejo até às cidades mais importantes, Évora e Beja. abrindo aos seus sucessores a estrada para a conquista definitiva das zonas em direcção do que será mais tarde a fronteira com a futura Espanha e da última região meridional do litoral, o Algarve.

Discurso do Santo Padre à Conferência Episcopal Italiana

Pastoral ordinária e oração para despertar vocações

Solene concelebração na tarde de 16 do corrente na Capela Sistina, onde todos os Bispos italianos, reunidos para a 16ª Assembleia Geral da sua Conferência Episcopal, concelebraram com o Santo Padre o Sacrifício Eucarístico.

A solene cerimónia — com cânticos, orações e leituras em latim — assistiram ainda cerca de duzentos, entre sacerdotes, religiosos e leigos; em particular, todos os que participavam na Assembleia dos Bispos.

Estiveram ao lado do Santo Padre no altar os Cardeais Ursi e Siri.

Terminada a celebração, os Prelados saíram processionalmente da Capela Sistina para entrarem na Capela Paulina. Ai esperaram o Santo Padre, que se demorou com eles saudando e abençoando.

Eis o texto da homilia que lhes dirigiu durante o Santo Sacrifício:

Venerados e caríssimos Irmãos no Episcopado Italiano

1. Não se perturbe o vosso coração (1).

Cristo pronuncia estas palavras, quando está para deixar este mundo, pois diz: Vou... e virei outra vez (2). Pronuncia-as tendo consciência de que vai chegar o princípio deste mundo (3), quando Ele próprio tiver de enfrentar a prova da Cruz. Bem mais que os Seus discípulos, está Ele consciente do que Lhe acontecerá, de como irá decorrer a história da Igreja e do mundo. Apesar de tudo, pronuncia estas palavras que em si contém o apelo à coragem: «Não se perturbe o vosso coração». E quase em contraste com tudo de que era profundo conhecedor, antes do apelo dá uma saudação de paz, uma segurança de paz: *Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz* (4).

Como se vê, nesta magnífica quadra pascal, encontramos quase sempre no Cenáculo: onde a Igreja, no dia de Quinta-feira Santa, recebeu a Eucaristia; e onde, no dia do Pentecostes, iria receber o Espírito de verdade. Estamos nos princípios da Igreja.

2. Ao mesmo tempo, entramos já na Sua história. Como num caleidoscópio, passam diante de nós os acontecimentos que testemunham de que modo as palavras, pronunciadas no Cenáculo por Jesus Cristo, se aplicam na vida da primeira geração dos cristãos, que é a geração apostólica. Na liturgia do dia de hoje, encontramos, de facto, na trajectória da primeira viagem missionária de São Paulo, que, perseguido pelos Judeus e ameaçado de morte, anuncia o Evangelho. Em Listra, depois de o apedrejarem, arrastaram-no para fora da cidade e só o deixaram quando o tiveram por morto. Mas Paulo ergue-se e volta à cidade, para se dirigir em seguida a Icônio e a Antio-

quia. Em toda a parte organiza a Igreja, *constitui para eles alguns anciãos em cada comunidade* (5). Considera as provas que tem de enfrentar como coisa normal, porque não doutro modo mas só *pelas muitas tribulações, temos de entrar no reino de Deus* (6). Nestas palavras ouvimos um eco das palavras mesmas que o Senhor dirigiu aos discípulos no caminho de Emaús: *Não tinha o Messias de sofrer estas coisas para entrar na Sua glória?* (7).

Assim, com todas estas experiências foi crescendo a Igreja primitiva: cresceu mediante a fé que brota do anúncio do Evangelho dado pelos Apóstolos, apoiado este pela oração e pelo jejum; cresceu pelo poder da graça mesma de Deus. E aqueles que a constroem dão disto testemunho.

3. O dever de todos nós que hoje aqui, na Capela Sistina, celebramos juntos a Eucaristia, é servir, para que a Igreja cresça na nossa época, cresça nestes tempos difíceis; para que ela cresça, embora entre contrariedades e ameaças; para que saiba recolher o fruto das novas experiências desta Terra Italiana, deste Povo que há 2.000 anos está tão profundamente ligado à história do Evangelho e à Sé de São Pedro, deste Povo cuja história se encontra toda impregnada, de modo excepcional, pela influência espiritual do Cristianismo. Não vale a pena, com efeito, explicar qual a posição de Roma e portanto da Itália, no contexto de toda a Igreja Católica. Trata-se dum privilégio, já não devido a atribuições de origem humana nem, menos ainda, a usurpações de poder, mas correspondente a um secreto designio do Senhor, porque foi Ele que impeliu para as praias da Itália e para o caminho de Roma os Seus apóstolos Pedro e Paulo, para cá trazerem o anúncio evangélico e confirmá-lo com o sacrifício das próprias vidas.

Por isso, no momento importante do nosso serviço comum, encontro-me hoje convosco, em forma oficial, veneráveis e queridos Irmãos de cada uma das Igrejas da Itália, depois dos encontros, numerosos e dispersos, que tive com muitos de vós nos meses passados. A vós devo, primeiro que tudo, uma saudação, que se inspira juntamente nos sentimentos de deferência e amizade para cada um de vós, e nas razões, sem dúvida bem mais altas da fé e da caridade. E tende a bondade — peço-vos-lo, caríssimos Irmãos — de levar esta minha saudação aos fiéis de cada uma das Igrejas a vós confiadas.

Sois os Bispos da Igreja de Deus que está na Itália; ou melhor — pelas bem conhecidas razões geográficas, históricas e teológicas que, providencialmente entrelaçadas, colocam Roma no centro da Itália e ao mesmo

tempo do mundo católico — deve dizer-se: *Somos os Bispos desta Igreja; todos juntos o somos, vós e eu*. E isto quanto a mim, chamado a Roma "nullis meis meritis, sed sola dignatione misericordiae Domini", exige-me especial consciência de ser Vigário de Cristo e Pastor da Igreja universal *precisamente porque* sucessor de Pedro nesta abençoada Sede Romana; e digo ainda, exige-me a consequente responsabilidade de dever pensar e actuar — em linha, certamente, com a "sollicitudo omnium ecclesiarum", de que falava São Paulo (8) — com atenção e cuidado singularíssimo no incremento da vida espiritual e religiosa desta Cidade sagrada.

E daqui, por natural relação ou expansão, esta especial solicitude estende-se às outras Igrejas, que são contíguas à Igreja de Roma: às vetustas sés suburbicárias, depois às Igrejas da Região Lacial, depois às compreendidas no âmbito do antigo "Patrimonium S. Petri", e sucessivamente a quantas há em toda a Itália. Precisamente o dever pastoral é que me impõe promover a causa da evangelização e estimular a vida eclesial na Península inteira, contribuindo com dedicação plena e esforço constante e humilde.

4. Bispo convosco e como vós da Igreja na Itália, não posso ignorar os especiais problemas que se apresentam nos nossos dias, no quadro concreto das circunstâncias sociais, culturais e civis em que vive o País inteiro. Dir-vos-ei, a este propósito, que em Março último pude ler a meditada "introdução", que o vosso Presidente, o Senhor Cardeal António Poma, pronunciou diante do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Italiana, precisamente em vista da presente 16ª Assembleia Geral. Deve ter-se presente — dizia ele — que "o ministério de evangelização se exerce e chega à maturação num determinado tempo e num terreno particular, que devemos conhecer e considerar". Examinei, em seguida, o esboço do documento pastoral sobre "Seminários e Vocações Sacerdotais", que discutireis nestes dias. Bem sei que este documento constitui o programa para o ano 1979-80 e, ao notar que ele tem a mesma data da minha recente *Carta aos Sacerdotes*, sublinho com prazer a sua concordância com aquilo que é para mim motivo do cuidado mais assíduo.

Sem querer agora antecipar conclusões que não-de brotar, pelo contrário, da reflexão da vossa Assembleia, interessa-me manifestar, quase à maneira de adesão pessoal, a mais sentida complacência por este trabalho. E sentimento que me é sugerido por uma série de correlações nele incluídas: por exemplo, a coerên-

cia do tema das vocações sagradas e dos Seminários com os argumentos tratados nos anos precedentes, que todos tinham como eixo fundamental a evangelização, intitulando-se o último precisamente "evangelização e ministérios"; além disso, a actualidade e a correspondência do mesmo tema com as exigências do tempo presente, em que a flexão, verificada há cerca de 15 anos, está a tornar mais agudo o problema do serviço, especificamente entregue ao sacerdócio ministerial dentro do Povo de Deus.

Agora, no meio da nossa assembleia eucarística, devemos encarar a questão vocacional na sua exacta dimensão eclesiológica e cristológica, e devemos sobretudo torná-la objecto de mais insistente invocação ao "dono da messe". Qualquer vocação sacerdotal, assim como nasce da voz do Senhor, assim é destinada ao *serviço da Igreja*, e é portanto no interior da Igreja que é necessário inserir, estudar e resolver o problema do *ambicionado despertar das vocações sagradas*. Tendo embora presentes as investigações sócio-estatísticas, é necessário convencer-nos que este problema está ligado, da maneira mais íntima, com toda a pastoral ordinária. A vocação diz relação, primeiramente, com a vida da Paróquia, cujo influxo tem para ela importância fundamental sob os mais diversos aspectos: os da animação litúrgica, do espírito comunitário, da validade do testemunho cristão, do exemplo pessoal do Pároco e dos Sacerdotes seus colaboradores. Mas relação particularíssima existe com a vida da família: onde há eficaz e iluminada *pastoral familiar*, assim como se torna normal acolher a vida como dom de Deus, assim é mais fácil que ressoe a voz de Deus e que esta encontre generoso acolhimento. Outra relação especial existe com a *pastoral da juventude*, porque é indubitável que, se os jovens são seguidos, assistidos e educados na fé por Sacerdotes que vivem dignamente o seu sacerdócio, fácil será, no meio deles, identificar e descobrir aqueles que são chamados e ajudá-los a caminhar pelo caminho indicado pelo Senhor. Compreendeis, Irmãos caríssimos, quanto é necessária, neste particular, *grande mobilização das forças apostólicas*, partindo dos ambientes fundamentais da vida cristã: as Paróquias, as famílias, as associações e os grupos juvenis.

Quanto ao aspecto cristológico, para bem discernir a idoneidade e as qualidades dos chamados, não se pode igualmente renunciar a olhar para Cristo eterno sacerdote e a tomar d'Ele, do Seu ministério, do Seu sacerdócio, as medidas exactas para traçar as linhas genuínas do serviço presbiteral. Sobretudo indispensável é a oração: devemos-la praticar sem nunca nos cansarmos, devemos-la praticar também hoje, também agora, de tal maneira que, graças a esta nossa concelebração, aumente em nós não só a consciência do problema vocacional mas também a certeza do auxílio divino que não pode faltar. Mais uma vez queremos e devemos rogar com fervor ao *Senhor da messe que envie trabalhadores para a Sua messe* (9). Será oração erguida em nome de Cristo; será, por isso, ouvida e ajudar-vos-á muito no trabalho de aprofundamento e de reflexão, que estais para dedicar a assunto tão grave e delicado.

5. Sei também que a outros argumentos particulares, Veneráveis Irmãos, aplicareis nestes dias a vossa atenção. Também por causa deles devo expressar-vos o meu aplauso e apreço. Penso no belo texto do "Catecismo dos jovens", pelo qual repito publicamente o que já mandei escrever ao Em.mo Presidente, que dele me fez presente antecipado: é texto que se recomenda por sabedoria pastoral e por experiência pedagógica. E sei doutro volume que, com igual empenho, se está preparando para os adultos. Mas, em relação ao tema predominante, quero insistir em que é muito fundamental o *valor da catequese* para o despertar das vocações: se a pastoral ordinária encontra na catequese uma das suas formas mais altas e um dos meios mais adequados, segue-se daí que a catequese, além de corresponder ao fim geral da evangelização, bem poderá ser dirigida também ao fim específico das vocações. Devo portanto repetir o que disse já da pastoral: é necessário imprimir grande desenvolvimento à *catequese da juventude*, como também à *catequese da família*. Este último assunto liga-se directa-

Visitas do Santo Padre a Dicastérios Vaticanos

Ao fim da manhã de terça-feira, 15 do corrente, João Paulo II dirigiu-se em visita ao Palácio da Chancelaria onde estão instalados alguns Dicastérios Vaticanos.

O Santo Padre chegou à Praça da Chancelaria pouco depois das 11 horas. No segundo andar do edifício foi recebido pelo Cardeal Pericle Felici, Prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, e pelo Secretário do mesmo Tribunal, D. Aurélio Sabbatani. Sua Santidade deteve-se em colóquio com os Juizes e os Oficiais do Tribunal e depois de se despedir deles prosseguiu para a Sagrada Rota Romana. Aqui, o Decano Monseñor Ewers, acompanhou João Paulo II a visitar os vários escritórios do Dicastério.

No primeiro andar, o Papa encontrou-se com o Cardeal Paupini, Penitenciário-Mor, que o guiou na visita às instalações da Penitenciaria.

Em seguida o Santo Padre dirigiu-se para a Pontifícia Comissão para a Arte Sacra na Itália. Acompanhado por D. Giovanni Fallani visitou as várias Salas da mesma Comissão Pontifícia, detendo-se particularmente na sala dos restaurados. No primeiro andar do Palácio da Chancelaria, encontram-se também as instalações da

Pontifícia Academia dos "Virtuosi" do Panteão. O Santo Padre deteve-se com o Presidente da Academia, Professor Bruno Molajoli.

Por fim, na Sala dos Cem Dias, testemunho da arte pictórica de Vasari, o Cardeal Pericle Felici, em nome de todos os colaboradores ali reunidos, dos Dicastérios Vaticanos visitados pelo Santo Padre na mesma manhã, dirigiu ao Papa uma deferente saudação de homenagem e explicou-lhe a actividade dos vários Dicastérios representados na Sala.

Respondendo à saudação de homenagem, o Santo Padre acentuou a importância que a actividade de cada Dicastério exerce no governo da Igreja, e agradeceu aos presentes o qualificado trabalho que realizam, "trabalho — disse o Papa — que é uma parte do meu próprio trabalho e que vós fazeis por mim".

"Por ocasião desta visita — concluiu o Santo Padre — desejo partilhar convosco as intenções de oração, de cura pastoral e de coração. Queira Deus receber de todos o fruto do nosso trabalho, que partilhámos, e todas as nossas preocupações e intenções que nos unem neste momento".

Antes de terminar a visita ao Palácio da Chancelaria, o Santo Padre quis de-

ter-se em oração na Basílica de São Lourenço em Dámaso, anexa ao edifício. Como sempre acontece quando se encontra no meio da gente, o Papa não deixou de se aproximar de todos, apertar as numerosas mãos que se lhe estendiam, ouvir o que lhe diziam, abraçar e beijar as crianças, e acariciar rostos húmidos de lágrimas de comoção.

Uma Senhora, com inflexão tipicamente setentrional, disse-lhe: "Em tantos anos que estou aqui em Roma, nunca vi nada de tão maravilhoso". Ao chegar ao genúflexório colocado diante do Altar da Basílica, João Paulo II recolheu-se em oração. Depois, o Pároco Mons. Cheli, saudou o Papa em polaco, explicou-lhe a actividade da Paróquia e com outra saudação em polaco concluiu o seu discurso.

João Paulo II respondendo à saudação, depois de ter notado a homenagem que o Pároco lhe quis prestar cumprimentando-o em polaco, disse ter ficado agradavelmente surpreendido com a inesperada "visita pastoral", que deseja poder repetir quanto antes.

Atravessando novamente a nave central, ao longo de uma longa transena improvisada à pressa com os bancos da igreja, o Santo Padre partiu de automóvel para o Vaticano aonde chegou poucos minutos antes das 2 horas da tarde.

Discurso à Assembleia Geral dos Bispos Italianos

Da palavra evangélica um vigoroso convite à coragem

Na tarde do dia 18 do corrente, João Paulo II foi acolhido na Sala do Sinodo por um caloroso e longo aplauso dos Bispos que ali se encontravam reunidos para a Sessão final da XVI Assembleia Geral da C.E.I. Poucos minutos antes, o Papa havia chegado, em helicóptero, de Montecassino, meta da memorável peregrinação ao mosteiro e ao cemitério dos Caídos na grande batalha da segunda guerra mundial.

Na mesa da Presidência aguardavam o Papa o Presidente, Senhor Cardeal António Poma; o Secretário-Geral, D. Luigi Maverna; o Arcebispo de Turim, D. Anastasio Alberto Ballestrero; o Arcebispo de Taranto, D. Guglielmo Motolese; e o Arcebispo de Cagliari, D. Giuseppe Bonfiglioli. Na primeira fila da Assembleia haviam tomado lugar os Senhores Cardeais Poletti, Pappalardo e Benelli.

Depois do "Regina Coeli" e de uma breve oração, a Assembleia dirigiu ao Santo Padre cordiais felicitações pelo seu aniversário natalício, dedicando-lhe o canto de um motivo tradicional. E o Santo Padre comentou, complacentemente: "Cantais como os jovens de ontem à tarde, graças a Deus!" (1).

O Cardeal Presidente dirigiu então ao Papa uma deferente saudação de homenagem, e cedeu a palavra ao Secretário, D. Luigi Maverna, que procedeu à leitura do Comunicado conclusivo da Assembleia Geral.

Em seguida, João Paulo II pronunciou o seguinte discurso:

Caríssimos e venerados Irmãos do Episcopado Italiano!

Desejei vivamente encontrar-me ainda convosco no fim da presente Assembleia Geral, não só pelo prazer que o renovado contacto ou — mais exactamente — a comunhão certamente proporciona a mim e a vós, mas também e sobretudo para vos expressar o meu sincero apreço pelo empenho que cada um de vós demonstrou nestes dias fatigantes. Acabo de voltar da visita a Montecassino, e também esta circunstância, pela evocação de memórias fundamentais que se relacionam simultaneamente com a história do Cristianismo e com a civilização italiana, me faz sentir mais profundamente o vínculo espiritual que me liga a vós. E quero também agradecer-vos por me terdes esperado pacientemente, sabendo eu que não poucos de vós deveriam ter voltado para as respectivas sedes, solicitados por urgentes exigências de ministério.

1. Pela minha parte, procurei seguir — na medida em que me foi possível — os vossos trabalhos, nos quais notei com grande satisfação a seriedade e a lucidez na devida e proeminente consideração que dedicastes ao tema-problema dos "Seminários e Vocações Sacerdotais". Deste tema falei já durante a concelebração na Capela Sistina, mas a sua importância intrínseca e os qualificados contributos que lhe deram os Ex.mos Relatores sugerem-me que acrescente algumas considerações ulteriores a propósito. Não há dúvida que os dados estatísticos que foram apresentados devem oferecer o necessário ponto de referência para uma exacta avaliação do problema; mas, como Pastores animados por fé viva e prudente realismo, sempre deveremos ter presente que o remédio mais eficaz, a solução adequada está numa *incansante, corajosa, e férvida iniciativa vocacional*. Não é lícito pensar no problema em termos numéricos e burocráticos, ou em chave de um simples recrutamento: a vocação é e permanece um dom eleito de Deus, que, longe de dispensar da colaboração humana, a pressupõe e estimula. Não é lícito pensar na sua solução eliminando ou atenuando aquelas características típicas do sacerdócio que lhe configuram incidivelmente a nobreza e a dificuldade: não se trata de abaixar a barreira para ser superado o obstáculo! A elevação do ideal é necessário corresponder com a generosidade da doação e a capacidade de sacrifício.

Irmãos, vós compreendeis que é necessário um esforço pastoral coordenado para o despertar das vocações desejado não só por nós aqui reunidos, mas por todo o Povo de Deus, para cuja evangelização, com o auxílio indispensável dos Presbíteros, nós somos enviados. É a este esforço que vós dedicastes, durante a presente Assembleia, solicitudes e propósi-

tos. Faço meus umas e outros, oferecendo-vos a minha mais solidária e aberta colaboração.

2. Ouvi o Comunicado conclusivo, redigido no final dos vossos trabalhos; é-me grato manifestar a minha convicta adesão às indicações nele contidas. A intenção que vos inspirou foi a de exprimirdes colegialmente, na riqueza dos contributos oferecidos por vós nestes dias, uma linha operativa unitária. Também deste modo — penso eu — se reforça e aumenta a consciência comunitária do Episcopado inteiro e, além disso, a sua capacidade de indicar com a devida ponderação uma posição clara que, embora no respeito às diversas circunstâncias, compromete responsabilmente cada um dos membros da Conferência. Numa hora tão importante para a vida da Nação, animados por um elevado sentido do dever, vós solicitastes oportunamente a *dignidade e a coerência da recta consciência cristã*. E como poderia eu deixar de acentuar a importância e a validade de uma tal orientação que, no mudar dos acontecimentos ou na diversidade das contingências sócio-culturais, assume o valor mesmo de um princípio? O vosso é um apelo que, em linha objectiva, merece ser compartilhado e que espero seja acolhido e seguido.

3. A amplitude das discussões, a gravidade dos temas tratados e a capacidade de decisão, que também nestes dias demonstrastes, são sinal eloquente do vosso afecto pelo povo que vos está confiado, por este povo italiano, ao qual, como por impulso natural, me sinto impellido a dirigir uma devida palavra de gratidão e de elogio. Sim, desejo exprimir um elogio público e bem merecido ao povo bom e generoso, tenaz e laborioso, que às reconhecidas virtudes do tempo antigo une o dinamismo e as realizações geniais da idade moderna. Era isto que eu pensava esta manhã, durante a viagem que me levou até junto do Túmulo venerado de São Bento, padroeiro e exemplo luminoso para a Europa inteira; também ao visitar o cemitério vizinho que acolhe, ao lado dos de tantas outras vítimas, os restos dos filhos da minha Polónia, que derramaram o seu sangue nesta Terra, pensava de novo nas vicissitudes da Itália que nos momentos de provação sempre fez apelo às suas admiráveis energias ocultas, encontrando nelas o segredo e a coragem para recomençar.

E voltava a pensar, ao mesmo tempo que no Santo de Norcia, em Francisco de Assis e em Caratino de Sena que constituem uma triade para a qual se dirige com admiração o olhar do mundo não só cristão. E pensava na relação, multiforme e simbólica, que assinalou nos séculos a história da Igreja e da Itália, tão rica de admiráveis testemunhos da fé cristã. Irmãos muito queridos, esta expressão de elogio brota espontaneamente do meu coração, e peço-vos que a comuniquéis aos vossos sacerdotes e aos vossos fiéis quando voltardes para as vossas sedes.

4. Permiti, por fim, venerados e queridos Irmãos, que entre agora noutro assunto que reveste importância fundamental para a própria actividade da vossa Conferência.

a) Há já tempo que o Cardeal António Poma, que desde há dez anos desempenha o cargo de Presidente da Conferência Episcopal Italiana, pediu que fosse aceita a sua demissão deste cargo. Tal pedido havia já de posto nas mãos do Papa Paulo VI, e depois nas de João Paulo I; em seguida dirigiu-se também a mim, expondo o mesmo desejo. Pedi-lhe para conservar ainda o cargo por um certo tempo. Todos sabemos quanto foi importante para a Comunidade Episcopal da Itália a presença do Cardeal Arcebispo de Bolonha, durante os anos que viram a aplicação fiel e generosa das normas emanadas da Sé Apostólica em cumprimento das disposições do Concílio Euménico Vaticano II: desejo dizer aqui, perante todos vós, que o Cardeal Poma me esteve sempre pessoalmente muito próximo desde os tempos do Concílio, durante o qual pude admirar a sua preparação, o seu zelo, a sua prudência e a sua bondade. Neste decénio da sua presidência também se delinearam cada vez mais nitidamente as estruturas, as compe-

tências e as tarefas da Conferência Episcopal Italiana, que assumiu uma dimensão cada vez mais orgânica, incisiva e essencial, tomando as iniciativas oportunas para incrementar a vida espiritual do País, numa visão ao mesmo tempo objectiva e rica de esperança, crítica e estimulante, dos problemas mais graves no plano da pastoral de conjunto. Prova-o, entre outras coisas, o interesse que na opinião pública suscitam as suas decisões e os seus documentos: os méritos do Cardeal Poma, embora velados pela sua modéstia, são certamente muito grandes no papel crescente exercido pela C.E.I.: e é-me grato fazer-lhe hoje justiça, publicamente e com profunda gratidão.

b) Em seguida a estas dimensões encontrei-me perante um problema que todos consideramos muito importante.

O Estatuto da C.E.I. prevê no artigo 25: "Em consideração dos particulares vínculos do episcopado da Itália com o Papa, Bispo de Roma, a nomeação do Presidente da Conferência está reservada ao Sumo Pontífice".

Dando-me conta de que o mencionado princípio colocava diante do Papa, que não provém do círculo do Episcopado Italiano, uma tarefa muito difícil, e, ao mesmo tempo, desejando agir não em contraste com aquela norma, julguei oportuno — dada a necessidade de prover à nomeação do novo Presidente — re-

correr aos Presidentes das Conferências Regionais, pedindo-lhes expressassem as suas opiniões para assegurar a sucessão do Cardeal Poma.

Como conclusão destes contactos, decidi dirigir-me ao Arcebispo de Turim, D. Anastasio Ballestrero, propondo-lhe que aceitasse o cargo de Presidente da C.E.I., dado que ele fora indicado pela maioria dos Prelados consultados. Tendo D. Anastasio Ballestrero aceitado a nomeação, desejo agora comunicar a todos vós aqui presentes que a partir de hoje ele é, pelo período de três anos — como prevê o Estatuto — o Presidente da C.E.I.

A ele desejaria, portanto, exprimir as minhas cordiais congratulações e os meus votos fraternos, certo de interpretar os sentimentos de todos.

No espírito da palavra evangélica, que já desejei recordar durante a recente concelebração, renovo-vos um veemente convite à confiança e à coragem, na certeza da indefectível assistência de Deus, em cujo Nome vos abençoe de coração juntamente com os vossos fiéis.

1) Referia-se aos Jovens da comunidade romana de "Comunhão e Libertação", que, na véspera do aniversário natalício de João Paulo II se encontraram com o Papa nos Jardins vaticanos para lhe levarem os "votos cordiais de todos os jovens do mundo". (NDR.)

Pastoral ordinária e oração para despertar vocações

• Continuação da pág anterior

mente ao tema, já escolhido para o próximo Sinodo dos Bispos. Sei como a Conferência Episcopal Italiana está já agora olhando para essa assembleia, que se reunirá no próximo ano, e como está já pensando nas necessárias investigações preliminares, para ser capaz de oferecer aos trabalhos sinodais o sempre precioso contributo da Igreja na Itália. Também nisto tenho gosto sincero, convencido que o argumento da família, e dos seus encargos no mundo contemporâneo, reveste na verdade interesse primário.

Há ainda a circunstância do 20º Congresso Eucarístico Nacional; ao dar notícia dele, direi que se pensou celebrá-lo em 1983, para o distanciar convenientemente do homónimo Congresso Internacional, que — bem o sabeis — se realizará em Lourdes em 1981. Para estas e outras iniciativas, ainda que menores, vão desde agora o meu interesse, a minha aprovação e solidariedade.

6. Com estes pensamentos e estes problemas, entramos, venerados e queridos Irmãos, na *assembleia anual dos Pastores* da Igreja, que está na Itália, desde os Alpes até à Sicília. E prestamos atenção ao que nos diz o Senhor, assim como o disse aos Apóstolos reunidos no Cenáculo. Recordemos que as Suas eram palavras de paz: *Não se perturbe o vosso coração...* (10); Ouvistes que vos disse: agora vou, mas virei outra vez (11).

A mesma afirmação será por ele repetida antes da Ascensão: *Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo* (12). Aceitemos com grande fé estas palavras. Cristo está realmente conosco e chama-nos à paz e à fortaleza. O coração pode ser perturbado de vários modos: pode ser perturbado pelo temor, que paralisa as forças interiores; mas pode ser também por aquele que provém da solicitude por um grande bem, por uma grande causa; e ser perturbado também pelo temor criativo, diria, que se manifesta como sentimento profundo de responsabilidade.

O Concílio Vaticano II, que propôs uma imagem tão verdadeira do mundo contemporâneo, chamou simultaneamente a Igreja inteira a um sentimento profundo de responsabilidade pelo Evangelho, pela história da salvação humana. Sobre cada um de nós pesa esta responsabilidade pastoral quanto aos irmãos, quanto aos compatriotas. Sobre o sucessor de São Pedro, a quem disse Cristo *confirma os teus irmãos* (13), pesa esta responsabilidade de modo particular,

e eu, no vínculo da *união colegial* convosco, Veneráveis e queridos Irmãos, assumo-a quanto à bem amada "Igreja que está na Itália".

Recordemo-nos que a Igreja é a Comunidade do Povo de Deus. A nossa responsabilidade pastoral pela Igreja exerce-se, na medida essencial, tornando nós conscientes da sua própria responsabilidade, todos os que Deus nos confiou, e educando-os para esta responsabilidade quanto à Igreja e assumindo tal responsabilidade em comunhão com eles. Esta missão está diante do Episcopado italiano, como está diante, aliás, de todos os Episcopados do mundo. É necessário despertarmos a consciência da responsabilidade de todo o Povo de Deus e partilhá-la com todos; é necessário tornarmos cada um consciente dos próprios direitos e deveres, em todos os campos da vida cristã individual, familiar, social e civil; é necessário escavarmos, por assim dizer, todas as fontes da energia, que se encontra nas almas dos cristãos contemporâneos e, indirectamente, em todos os homens de boa vontade.

Confirma (14) significa "reforça", "torna mais forte"; mas significa também isto: *ajuda a encontrar as fontes desta energia*, que se manifestou nos 2.000 anos do Cristianismo nesta Terra: refiro-me à energia de que tem igualmente necessidade todo o mundo contemporâneo. Esta "confirma" apoia-se para todos nós, veneráveis e queridos Irmãos, no *confide* e no *confidite* evangélicos (15). É necessário termos confiança em Cristo, é necessário fiarmo-nos em Cristo, que venceu por meio da Cruz. Devemos ter confiança. E peçamos à Sua Mãe Santíssima que nos ensine a ter sempre esta confiança, sem nenhum limite. Amen.

- 1) Jo. 14, 1.
- 2) Cfr. Jo. 14, 23.
- 3) Jo. 14, 30.
- 4) Jo. 14, 27.
- 5) Act. 14, 25.
- 6) Cfr. Act. 14, 22.
- 7) Lc. 24, 26.
- 8) 2 Cor. 11, 28.
- 9) Mt. 9, 38; Lc. 10, 2.
- 10) Jo. 14, 1.
- 11) Cfr. Jo. 14, 23.
- 12) Mt. 28, 20.
- 13) Lc. 22, 32.
- 14) Lc. 22, 32.
- 15) Cfr. Mt. 9, 2; Jo. 16, 33.

Oitavo Centenário da Bula "Manifestis probatum" (23 Maio 1179-1979)

Aqui se transcreve, por amável concessão do Autor, o estudo que Sua Ex.cia o Senhor Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. José Calvet de Magalhães publicou, em edição bilingue (português e italiano) do Instituto de Santo António dos Portugueses, em Roma, por ocasião do oitavo centenário da promulgação da Bula de Alexandre III "Manifestis probatum". Como se lê já a seguir no "prefácio", tratava-se de um acontecimento histórico que não podia deixar de ser convenientemente recordado... e foi-o da melhor maneira, tanto em Portugal como em Roma, graças ao dedicado e esclarecido interessamento do Senhor Embaixador Calvet de Magalhães. Eis o texto do seu opúsculo, na versão original em português:

Prefácio

Perfazem-se, no corrente ano, oito séculos sobre a data em que o Sumo Pontífice Alexandre III, pela sua bula *Manifestis probatum* de 23 de Maio de 1179, reconheceu a realza do primeiro monarca português e, desta forma, a existência do reino de Portugal como um novo Estado cristão, formado na península ibérica como resultado da reconquista cristã dos territórios ocupados durante vários séculos pelas forças muçulmanas vindas do norte de África. Trata-se de um acontecimento histórico que não pode deixar de ser convenientemente recordado, não só pelos portugueses, que viram assim consagrada a sua autonomia política, mas igualmente pela própria Igreja que, por este acto político de Alexandre III, glêm de reconhecer formalmente o novo reino cristão o exortou ainda a prosseguir na obra da expansão do cristianismo a que a nasença do novo Estado se achava intimamente ligada. Com efeito, Alexandre III, ao dirigir-se ao primeiro rei português Afonso Henriques, lembrando-lhe o dever de se manter fiel à Santa Igreja Romana, exorta-o a empenhar-se na "dilação dos confins da fé cristã". Quatro séculos mais tarde, quando havia já decorrido o período áureo dos descobrimentos marítimos dos portugueses, o grande poeta Camões, ao aludir à história do seu país no seu famoso poema "Os Lusíadas", fala-nos das "memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé" (Canto I, 2), retomando assim a expressão que encontramos na bula de Alexandre III. Camões tomou, aliás, como tema central do seu poema a luta dos cristãos contra os muçulmanos e quando na sua narrativa os portugueses chegam finalmente à Índia, infligindo um duro golpe no poderio turco, o poeta exalta a sua acção em favor da Cristandade nestes termos:

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes que o fraco poder vosso não pesais; Vós, que à custa de vossas várias mortes a lei da vida eterna dilatais; assim do Céu deitadas são as sortes que vós, por muito poucos que sejais, muito façais na Santa Cristandade, que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade! (Canto VII, 3)

A ideia de cruzada, proclamada pelos papas no século XI, mas que já antes movia os espíritos dos cristãos na península hispânica, está presente não apenas na génese do reino lusitano e no pensamento de Alexandre III ao consagrar a sua existência e ao exortar Afonso Henriques a alargar os limites da Cristandade, mas também na génese dos descobrimentos marítimos dos portugueses e isso explica o especial cuidado com que os pontífices romanos acompanharam toda a obra de expansão marítima portuguesa. São inúmeros os documentos pontíficos nos quais se encorajam os portugueses a prosseguir na obra de dilatação do cristianismo e se lhes concede inúmeros benefícios e privilégios. Citamos, entre muitos, os seguintes: bula *Sane charissimus*, de 4 de Abril de 1418, de Martinho V; bulas *Rex regum*, de 8 de Setembro de 1438 e 5 de Janeiro de 1443, de Eugénio IV; bula *Dum diversas*, de 18 de Junho de 1452 e bula *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1454, de Nicolau V; bula *Inter caetera*, de 13 de Março de 1456, de Calis-

to III; bula *Dum fidei constantiam*, de 7 de Junho de 1514 e bula *Pro excellenti praeminentia*, de 12 de Junho de 1514, de Leão X; bula *Aequum reputamus*, de 3 de Novembro de 1467, de Paulo III; etc. A exortação profética de Alexandre III havia levado assim a um alargamento espectacular das fronteiras do cristianismo por obra dos descendentes de Afonso Henriques e dos seus súbditos e inspiração e protecção da Santa Sé.

O pequeno trabalho que agora publicamos na passagem do oitavo centenário da emissão da bula *Manifestis probatum*, juntamente com o texto original da bula, a que apropriadamente podemos chamar a "certidão de baptismo" de Portugal, procura dar uma ideia sucinta da génese do Estado português e das circunstâncias que levaram ao reconhecimento papal da monarquia lusitana. Esperamos que constitua uma contribuição útil, se não adequada, para comemorar esse facto fundamental na história das relações de Portugal com a Santa Sé.

Desejamos agradecer aqui a prestimosa ajuda que nos foi dada para a elaboração deste trabalho pelas seguintes personalidades: general Luís da Câmara Pina, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, pelos elementos iconográficos de Afonso Henriques que nos enviou; Dr. Alvaro Ferrand de Almeida Fernandes, director da Biblioteca e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo microfilme do original da bula *Manifestis probatum* e pelo estudo de A. Pimenta, referido no texto, que nos forneceu; monsenhor Joaquim Carreira pela tradução do texto latino da mesma bula em vernáculo e pela versão para italiano do nosso texto em português; e professor Roberto Barchiesi pela revisão de todo o texto em italiano.

Roma, Maio de 1979

JOSE CALVET DE MAGALHÃES
Embaixador de Portugal
junto da Santa Sé



Afresco alegórico existente numa das salas do Arquivo Secreto do Vaticano. Representa o Papa Alexandre III concedendo a coroa real a D. Afonso Henriques.

Alexandre III reconhece o Reino de Portugal

O reino de Portugal nasceu da reconquista cristã da península ibérica invadida em 711 pelos muçulmanos vindos do norte de África que nesse ano derrubaram o império visigótico, fortemente abalado por disputas internas, alargando em pouco tempo o seu domínio a quase toda a península.

Após a morte de Maomé em 632 os povos do deserto, portadores da fé muçulmana, iniciaram um vigoroso movimento expansionista que os levou ao domínio da Síria e do Egipto (634-642) e, depois de um renhida e longa luta com os bizantinos, a conquista da Líbia e da Tunísia e, finalmente de Marrocos, atingindo a costa atlântica no final do século sétimo. Derrotado o último rei visigótico perto de Medina Sidónia, as forças muçulmanas expandiram-se por toda a península quebrando, em 713, uma breve resistência tentada pelos restos das forças visigóticas em Mérida. No ano seguinte, após a tomada de Saragoça, as forças muçulmanas, constituídas principalmente por berberes, penetraram em Leão e Astorga no norte da península. No seu extraordinário surto expansionista os muçulmanos atravessaram os Pireneus, penetrando profundamente em território francês e sendo sustidos apenas por Carlos Martel em Poitiers, no ano de 732, a 350 quilómetros ao sul de Paris. Abandonando a França, em virtude da forte resistência encontrada, os muçulmanos procuraram consolidar a sua ocupação da península hispânica.

Os chefes cristãos da península haviam procurado refúgio nas regiões montanhosas do norte e em 718, Pelayo, à testa dos povos das Astúrias, conseguiu infligir uma importante derrota militar aos muçulmanos em Covadonga. Com esta batalha se iniciou o movimento de reconquista cristã que deveria desenvolver-se por vários séculos e originar a formação de diversos reinos cristãos. Os descendentes de Pelayo, consolidaram o reino das Astúrias ou de Oviedo, por ele fundado, e que foi o primeiro reino cristão da península nascido da reconquista. No tempo de Afonso III (866-910) a província de Navarra destacou-se do reino das Astúrias constituindo um novo reino. Este mesmo monarca asturiano, quando governava seu filho Garcia em seu nome, tomou o título de rei de Leão. Em 1035, o importante condado de Castela transformou-se no novo reino de Castela e o seu primeiro rei Fernando I conquistou mais tarde o reino de Leão, passando a denominar-se imperador. Este notável soberano, conhecido por Fer-

nando o Magno, combateu energicamente os muçulmanos alargando consideravelmente os seus domínios para o sul. Por sua morte, ocorrida em 1065, os seus estados foram divididos entre os seus três filhos: o primogénito, Sancho II, recebeu o reino de Castela; o filho segundo, Afonso VI, recebeu o reino de Leão; e o mais novo, Garcia, o reino da Galiza que foi então criado. Desta divisão do império de Fernando o Magno resultaram inumeráveis lutas entre os três irmãos que culminaram na morte de Sancho e no triunfo de Afonso VI que, em 1072, reuniu novamente os reinos de Leão e de Castela sob o seu ceptro atribuindo-se o título de imperador. Em 1090 Afonso VI prendeu Garcia, rei da Galiza, e anexou este reino.

Levando a luta contra os muçulmanos mais para o sul, Afonso VI, em 1085, conquistou Toledo, o mais importante centro muçulmano da península, criando o pavor entre os ocupantes muçulmanos que apelaram para os seus irmãos do Magreb onde dominavam então os almorávidas, povo berbere fortemente aguerrido. Os almorávidas desembarcaram na península em 1086 e derrotaram as forças de Afonso VI na batalha de Zalac, perto de Badajoz. Afonso VI, que era casado com uma princesa de Borgonha, recouse que os almorávidas pudessem penetrar nos seus domínios, apelou para a ajuda dos barões franceses. Em 1087 um grande número de cavaleiros franceses, entre os quais se contava Eudes, duque de Borgonha e sobrinho da rainha Constança de Leão e Castela, chegaram à península a fim de participarem na luta contra as forças muçulmanas. Por esta mesma altura, um primo do duque de Borgonha, Raimundo, chegou igualmente à corte de Leão. Afastado o perigo de um ataque dos almorávidas, os cavaleiros franceses regressaram às suas terras mas Raimundo permaneceu na península e em 1090 casou com a primogénita de Afonso VI, Urraca, recebendo do sogro o governo da Galiza e de todo o território ocidental da península até ao Tejo. Por volta de 1095 chegou igualmente à península outro primo do duque de Borgonha, e também de Raimundo, de nome Henrique que casou com Teresa, filha ilegítima de Afonso VI. Num documento de 18 de Dezembro de 1095 Henrique é chamado conde de Coimbra mas em 1097 intitulou-se já conde de Portugal, governando a região ocidental da península que vai desde o rio Minho à fronteira sul com os muçulmanos. Henrique governava, certamente, por concessão do rei seu sogro,

o que se chamava *terra portucalense*, criando o germen de uma nova unidade política na península que se deveria chamar o reino de Portugal.

Raimundo considerava-se o verdadeiro herdeiro do trono de Leão e Castela, como marido que era da herdeira legítima Urraca. Henrique celebrou um pacto com seu primo pelo qual se comprometia a defender os direitos deste à sucessão do trono. Afonso VI casou-se, porém, novamente e teve deste matrimónio um filho, Sancho, que passou a ser o herdeiro da coroa. Raimundo faleceu, no entanto, em 1107 e no ano seguinte faleceu também o pequeno príncipe Sancho, sobrevivendo a ambos Afonso VI que, todavia, faleceu pouco depois em 1109. Urraca voltou assim a ser novamente a herdeira do trono, a que acedeu por morte do pai, mas os nobres leoneses, desejando ter um monarca que fosse um chefe militar e conduzisse a luta contra os muçulmanos, forçaram a rainha a casar com Afonso I, o Batalhador, rei de Aragão e um dos mais notáveis chefes guerreiros daquela época. O clero protestou, porém, contra este matrimónio, pois os esposos eram parentes em grau proibido, originando-se diversas complicações e conflitos com o arcebispo de Toledo e outros prelados. O tutor de Afonso Raimundes, filho do casamento de Raimundo com Urraca, revoltou-se e apropriou-se do governo da Galiza em nome do príncipe seu pupilo, a quem fora prometido o governo da Galiza em testamento do pai.

Seguiu-se um período agitado e confuso de lutas entre a rainha Urraca, seu marido Afonso de Aragão e os partidários de Afonso Raimundes, senhor da Galiza. O conde D. Henrique andou envolvido nestas lutas familiares, juntando-se umas vezes a um partido, outras vezes a outro, conforme as conveniências do momento. Estas divisões entre os chefes cristãos permitiram, no entanto, aos muçulmanos de se mostrarem mais aguerridos conquistando algumas praças que tinham passado para as mãos dos cristãos. O conde D. Henrique faleceu em 1112 ou 1114, deixando um filho de pouca idade, sucedendo-lhe no governo do condado de Portugal sua mulher Teresa. Por morte da rainha Urraca em 1126 subiu ao trono de Leão e Castela seu filho Afonso Raimundes, que tomou o título de Afonso VII, e confirmou sua tia Teresa na posse dos seus domínios. Como esta se recusava

Oitavo Centenário da Bula "Manifestis probatum" (23 Maio 1179 - 1979)

• Continuação da pág. anterior

se, no entanto, a prestar-lhe vassalagem, Afonso VII invadiu Portugal em 1127 obrigando sua tia e os barões portugueses a prestarem-lhe juramento de obediência. Os barões portugueses, culpando D. Teresa por estes acontecimentos, formaram um partido à volta de seu filho, o jovem príncipe Afonso Henriques que, em 1125, se armara cavaleiro. Os partidários de D. Teresa e os partidários de D. Afonso Henriques acabaram por se defrontar numa batalha campal, em 1128, da qual saiu vitorioso Afonso Henriques que passou, desde então, a ser o incontestado senhor do condado de Portugal, pretendendo também recuperar, como herança materna, uma parte da Galiza onde encontrou, porém, forte oposição do seu primo Afonso VII.

O novo conde de Portugal, que foi um incansável e hábil guerreiro, combateu com energia os muçulmanos, que constituíam uma constante ameaça na sua fronteira sul e ocupavam territórios que ele considerava como sua legítima presa. Em Julho de 1139 Afonso Henriques venceu as forças muçulmanas na celebrada batalha de Ourique e foi neste mesmo ano, ou no ano seguinte, que ele passou a intitular-se rei.

Como Afonso Henriques não desistisse de recuperar as regiões de Galiza que considerava herança de sua mãe, a luta contra o rei de Leão e Castela Afonso VII prosseguiu, tendo-se, porém, chegado a uma trégua no ano de 1140. Em 1143 visitou a península ibérica o cardeal Guido de Vico, legado do papa Inocêncio II o qual assistiu a uma conferência entre Afonso VII e Afonso Henriques que teve lugar na cidade de Zamora. Nesta conferência foram ajustadas as pazes entre os dois monarcas vendo assim Afonso Henriques reconhecido o seu título de rei de Portugal pelo rei de Leão e Castela sem que por isso este não se deixasse de considerar como suserano do rei português, quer porque o rei de Leão e Castela se considerava como um imperador cristão da península, quer ainda porque Afonso Henriques foi confirmado no senhorio de Astorga situado no reino de Leão. Não admira pois que Afonso Henriques procurasse de alguma forma manifestar a sua autonomia em relação ao rei de Leão e Castela. Vemos, pois, Afonso Henriques, nesse mesmo ano de 1143 e provavelmente ainda antes da conferência de Zamora, prestar juramento de vassalagem ao papa Inocêncio II nas mãos do cardeal Guido, encomendando o seu reino a S. Pedro e à Igreja romana. Em 13 de Dezembro de 1143 o rei português confirma este preito de vassalagem na sua carta dirigida a Inocêncio II, *Claves regni coelorum*: "... Fiz homenagem nas mãos do cardeal Guido a meu senhor e meu pai o papa, e também ofereço a minha terra a S. Pedro e à santa igreja romana". Na mesma carta o monarca lusitano compromete-se, por si e pelos seus sucessores, ao pagamento à Santa Sé de quatro onças de ouro anuais.

O poder temporal dos papas, energicamente reafirmado por Gregório VII, era geralmente aceite na cristandade desta época. Natural era, pois, que Afonso Henriques procurasse o reconhecimento da sua qualidade de rei independente pelo Sumo Pontífice o que correspondia, naquela época, ao reconhecimento internacional. A suserania do papa, que poucos efeitos materiais poderia implicar, excluía outras suseranias e, por conseguinte, a suserania do rei de Leão e Castela. Por outro lado Afonso Henriques pretendia, certamente, assegurar a continuidade da independência portuguesa garantindo a coroa aos seus sucessores.

Inocêncio II falecera entretanto em 24 de Setembro de 1143, sucedendo-lhe Celestino II que reinou apenas pouco mais de cinco meses falecendo em Março de 1144, de forma que é Lúcio II, o novo papa, que responde a Afonso Henriques na sua carta *Devotionem tuam*, de 1 de Maio de 1144. Nesta carta o papa, ao aceitar a homenagem de Afonso Henriques e o oferecimento dos seus domínios a S. Pedro e à Igreja romana, assim como o censo de quatro onças de ouro anuais, refere-se ao monarca português como *dux* e não como *rex*, como este desejava e era geralmente reconhecido pelos monarcas vizinhos. Nos documentos pontifícios posteriores, emitidos nos pontificados dos papas Lúcio II, Eugénio III, Adriano IV e Alexandre III até 23 de Maio de 1179, o monarca português é tratado sempre como *dux* (salvo qualquer lapso de escriturário), como mais tarde Inocêncio IV recordava ao rei Sancho I, sucessor imediato de Afonso Henriques, na sua bula *Serenitatem regiam: Pater tuus usque ad tempora felicitis memoriae Alexandri papae... ducis esset nomine appellatus*.

O título de rei é finalmente reconhecido a Afonso Henriques e aos seus herdeiros pela bula *Manifestis Probatum* de Alexandre III, datada de 23 de Maio

de 1179. Nesta bula Afonso Henriques é tratado como "rei ilustre dos Portugueses" e os seus domínios como "reino de Portugal". A bula acrescenta ainda que a dignidade régia e a protecção papal que lhe é concedida também é concedida aos seus herdeiros: "... quanto te concedemos a ti isso mesmo concedemos também aos teus herdeiros". Tinham decorrido trinta e cinco anos sobre a homenagem feita ao papa por Afonso Henriques, nas mãos do cardeal legado Guido de Vico.

Quais as razões que levaram os pontífices romanos a recusarem, durante tão longo período, a fazer o reconhecimento da existência do reino de Portugal? Carl Erdmann, que publicou e estudou atentamente os documentos pontifícios relativos às relações do papado com a monarquia portuguesa dos primeiros tempos, aponta duas razões principais:

1. A cúria romana, tendo como objectivo fundamental a concentração de todas as forças cristãs na península ibérica na luta contra os ocupantes muçulmanos, evitava reconhecer a independência do reino português a fim de não encorajar a dispersão daquelas forças.

2. O facto do clero português estar sujeito à jurisdição dos prelados leoneses

dente ao Portugal dos nossos dias, só faltava libertar a região do Algarve o que, juntamente com a consolidação das conquistas no Alentejo, foi obra dos seus sucessores.

Esta acção libertadora do primeiro rei português foi reconhecida expressamente por Alexandre III na sua bula *Manifestis probatum* onde se lê: "Está manifestamente demonstrado que tu, através de esforços bélicos e aguerridas pelejas, tens sido intrépido extirpado, dos inimigos do nome cristão e diligente propagador da fé cristã; e, além disso, como bom filho e príncipe católico, tens também dispensado variadas atenções para com tua mãe a santa Igreja, deixando aos vindouros um nome digno de louvar e um exemplo a imitar". Uma parte importante das razões que levavam a cúria romana a hesitar no reconhecimento da independência do reino de Portugal tinha, portanto, cessado de existir em virtude do notável esforço português contra o ocupante muçulmano da península hispânica.

No que se refere à situação do clero português em relação aos prelados de Leão e de Castela, a situação havia também sofrido uma substancial modificação no momento em que foi expedida a bula *Manifestis probatum* de Alexan-



Túmulo de Afonso Henriques, na Igreja de Santa Cruz em Coimbra.

e castelhanos, que exerciam constante pressão em Roma, contrariava a independência política de Portugal que certamente arrastaria consigo a independência do clero português em relação à hierarquia leonesa-castelhana.

A análise que este autor faz dos documentos pontifícios e outros e dos acontecimentos históricos dessa época, confirma fortemente a justeza das razões apontadas, contrariando a tese exposta na sua famosa *História de Portugal* por Alexandre Herculano que, fortemente imbuído de um preconceito antipapal, pretendia reduzir tudo a uma questão de dinheiro.

Quando Alexandre III expediu a sua bula *Manifestis probatum* Afonso Henriques havia de facto dado já bastantes provas da sua combatividade e eficiência na luta contra os muçulmanos ocupantes da zona sul da faixa de território que corresponde ao Portugal de hoje. Depois da paz de Zamora o rei português, desistindo das suas pretensões sobre o território da Galiza, concentra os seus esforços bélicos na luta contra os muçulmanos. Em 15 de Março de 1147 conquista a importante praça de Santarém, bastião na defesa de Lisboa ocupada pelos muçulmanos. Em Outubro do mesmo ano, com a ajuda de uma poderosa esquadra de cruzados a caminho da Terra Santa e chegados ao estuário do Tejo, Afonso Henriques conquista a poderosa fortaleza de Lisboa, dando um golpe mortal no domínio muçulmano ao norte do Tejo e abrindo as portas à penetração cristã no Alentejo. A seguir a Lisboa caem as praças vizinhas de Sintra, Almada e Palmela, estas duas últimas já na margem sul do Tejo. Depois de longa luta o rei lusitano conquista Alcácer do Sal, a cerca de sessenta quilómetros ao sul de Lisboa e já em pleno Alentejo, e no ano seguinte conquista Évora e Beja, no coração dessa região de há séculos domínio exclusivo de muçulmanos. Estes reagem fortemente reconquistando ambas as praças, mas Afonso Henriques retoma Beja em 1162 e Évora em 1165. No ano seguinte conquista mais duas praças alentejanas, Serpa e Juromenha, completando assim a reconquista para os cristãos da vasta planície do Alentejo. Da faixa ocidental da península ibérica, correspon-

dre III. Não é fácil descrever as fases dessa transformação tão cheia ela se apresenta de peripécias, algumas até edificantes. Tentaremos, no entanto, descrever resumidamente qual foi a evolução subida pelas dioceses situadas em território português durante o período da reconquista cristã até à expedição da bula *Manifestis probatum* de 1179.

Antes da invasão árabe ou muçulmana existiam na península ibérica cinco dioceses metropolitanas, a saber: Tarragona, Toledo, Braga, Mérida e Sevilha. Destas foi Braga, em terra portuguesa, a primeira a ser restaurada em 1070 ou 1071. Entretanto criara-se, no primeiro terço do século IX, o santuário de Santiago em Compostela, bispado de Iria na Galiza. O lugar cresceu rapidamente em importância em virtude da quantidade enorme de peregrinos que afluíam ao santuário desde a sua fundação. Em 1095 o papa Urbano II, que nesse mesmo ano decretou a primeira cruzada, transferiu para Compostela a dignidade episcopal de Iria e desde então a importância daquela povoação não deixou de crescer em importância política e económica. O novo bispado de Santiago passou assim a ser um obstáculo importante à restauração da organização metropolitana pré-muçulmana pois governava territórios antes dependentes da diocese de Braga. O bispado de Santiago reclamava até metade da cidade de Braga onde se situavam os santuários de S. Vitor e de S. Frutuoso. Em 15 de Outubro de 1088 o papa Urbano II concedera, por outro lado, ao arcebispo de Toledo a primazia sobre todas as igrejas da península ibérica. O arcebispo de Toledo procurou exercer a sua autoridade de primaz sobre a velha metrópole de Braga encontrando, porém, natural resistência no clero de Braga em aceitar esta supremacia do prelado toledano. Enquanto entre os barões portugueses germinava já a ideia de independência em relação ao reino de Leão e Castela, o clero português de Braga procurava, por seu lado, impor a sua autonomia em relação ao primaz de Toledo. O arcebispo de Braga Pedro, não tendo conseguido obter do papa Urbano II o reconhecimento da sua autonomia recorreu, porém, ao antipapa Gilberto de Ravena, em 1091, que prontamente lhe concedeu o

que pedia. Esta passo desastrado do bispo de Braga resultou na sua destituição no concílio de Husillos, celebrado em 11 de Abril de 1092 pelo arcebispo de Toledo, Bernardo.

Quando Raimundo e Henrique de Borgonha chegaram à Península Ibérica chegaram também com eles muitos monges da ordem de Cluny. Por acordo entre o conde D. Henrique e o arcebispo de Toledo foi designado como novo bispo de Braga Geraldo (que o povo bracarense considerou como santo), antigo monge de Moissac, e como novo bispo de Coimbra, Maurício Burdin, originário do Limousin. Em 1099 ou 1100 o novo papa Pascoal II, que como legado papal havia visitado longamente a península ibérica, conhecendo bem a situação da igreja hispânica, pronunciou uma sentença favorável aos antigos direitos de Braga, sendo esta decisão reconhecida pelo concílio de Palência, de 5 de Dezembro de 1100, convocado pelo cardeal legado Ricardo de Marselha. Um breve de Pascoal II, de 28 de Dezembro de 1101, convida os bispos que, segundo a antiga jurisdição, pertenciam à província eclesiástica de Braga a submeterem-se ao metropolitano bracarense. Em Novembro de 1102 visitou Braga o bispo Diego de Santiago com o intuito de fazer valer as suas pretensões sobre as igrejas de S. Vitor e de S. Frutuoso. O bispo de Braga recebeu-o bem, mas o bispo de Santiago aproveitou-se da ocasião para roubar as mais importantes relíquias de S. Vitor e de S. Frutuoso que levou consigo para Santiago de Compostela, o que provocou a indignação do clero e povo de Braga. O bispo Geraldo decidiu então ir a Roma protestar junto do papa e parece que foi acompanhado nessa viagem pelo próprio conde D. Henrique. Por uma bula de 1103 o papa voltou a reconhecer o privilégio do metropolitano de Braga indicando os seguintes bispados sufragâneos: Astorga, Lugo, Tuy, Mondoñedo, Orense, Porto, Coimbra, Viseu e Lamego. A inclusão destes três últimos bispados, tradicionalmente dependentes da metrópole de Mérida, na jurisdição de Braga, além de dar nova dimensão à província eclesiástica de Braga, tinha um significado político muito importante pois Coimbra era a principal cidade do condado portucalense recentemente formado. As determinações do papa, que concedia a Braga uma clara jurisdição sobre as dioceses da Galiza e de Portugal, deixavam porém no vago o problema da sua subordinação ao primaz de Toledo, entretanto investido na qualidade de legado pontifício. Em 1108 morre o bispo S. Geraldo de Braga sucedendo-lhe, no ano seguinte, Maurício, até então bispo de Coimbra, que na primavera desse mesmo ano esteve em Roma, tendo o papa Pascoal II nessa ocasião confirmado o seu privilégio de metropolitano nos termos anteriores, ou seja, com a subordinação de Coimbra. No mesmo ano morre Afonso VI de Leão e Castela e, como já vimos, segue-se um período agitado de lutas entre os seus herdeiros, lutas em que andou envolvido o conde D. Henrique.

O arcebispo de Toledo, que administrava também a metrópole de Mérida, nunca aceitara de bom grado a subordinação de Coimbra à diocese de Braga. Assim vemos o novo bispo de Coimbra, Gonçalo, aliás originário desta cidade, prometendo obediência ao arcebispo de Toledo e enviando a Roma, em 1109, representantes seus para saber do papa se devia obediência a Braga ou a Toledo-Mérida. O papa adiou a resolução da dúvida até à vinda a Roma do próprio bispo Gonçalo. Maurício de Braga, por seu turno reclamou para a sua província o bispado de Leão, aproveitando-se do conflito que surgira entre o arcebispo de Toledo e o rei Afonso I de Aragão por causa do seu casamento com a rainha Urraca de Leão e Castela que o arcebispo declarara como incestuoso. O bispo de Braga defendeu junto do papa os seus direitos mas as intervenções do papa junto do arcebispo Bernardo de Toledo não produziram qualquer efeito. Maurício de Braga aliou-se então, em 1113, ao bispo Diego Gelmirez de Santiago, que tinha pretensões sobre a antiga província eclesiástica de Mérida, administrada pelo arcebispo de Toledo. Este, valendo-se da sua qualidade de legado pontifício, convocou o bispo de Braga perante o sínodo de Palência, celebrado em Outubro de 1113, a fim de justificar o seu procedimento em relação ao bispado de Leão. Maurício, não tendo comparecido, foi suspenso, assumindo o arcebispo de Toledo as funções de metropolitano de Braga e obtendo do papa a confirmação da suspensão em 18 de Abril de 1114. Maurício de Braga dirige-se então a Roma e consegue que o papa Pascoal II confirme, em 3 de Novembro desse ano, as suas pretensões sobre Coimbra e Leão e anule os direitos de legado que Bernardo de Toledo exercia sobre Braga. Um mês depois o papa confere a Maurício a dignidade de arcebispo o que podia significar a sua autonomia em relação

Alexandre III reconhece o Reino de Portugal

a Toledo. Esta grande vitória obtida por Maurício para a província de Braga viria, no entanto, como veremos, a ser comprometida mais tarde, pelo estranho comportamento do arcebispo.

Se o conflito de Braga com Toledo se saldava, pelo menos temporariamente, a favor de Braga, surgiram, porém, novas complicações com o prelado de Santiago. O bispo Diego Gelmirez, não conseguindo obter do papa satisfação para as suas pretensões sobre a metrópole de Mérida, acabou por pactuar com o arcebispo de Toledo e, aproveitando-se da longa ausência de Maurício de Braga, procurou alargar a sua jurisdição à custa de Braga. Em 17 de Novembro de 1114 Diego Gelmirez convocou, em nome do legado arcebispo de Toledo, os bispos de Tuy, Mondoñedo, Lugo, Orense e Porto, todos sufragâneos de Braga, para um sínodo no qual os prelados se comprometeram a reunir-se anualmente em Santiago de Compostela prestando-se auxílio mútuo. O bispo Hugo do Porto, partidário do bispo Diego de Santiago, é enviado a Roma, no verão de 1115, para apresentar à cúria romana o facto da solidariedade dos *comprovinciales episcopi*, mas não conseguiu obter que fosse revogada a recente confirmação papal dos privilégios de metrópolita do arcebispo de Braga. Obteve certas vantagens para a sua diocese e entre elas a jurisdição de territórios dependentes da diocese de Coimbra. Este facto provocou a visita a Roma do bispo Gonçalo de Coimbra que levantou agora a velha questão da subordinação de Coimbra a Mérida e não a Braga. O papa, perante a dúvida, mandou estudar o assunto pelos bispos hispânicos e o sínodo de Burgos, de Fevereiro de 1117, dominado pelo arcebispo Bernardo de Toledo, considerou Coimbra, como era de esperar, como dependente da metrópole de Mérida.

Entretanto o arcebispo de Braga Maurício vê-se envolvido em questões de maior envergadura política com a entrada em Roma do imperador Henrique V, em princípios de 1117, o qual se achava em conflito com o papa Pascoal II por motivo da célebre questão das investiduras. O imperador viera a Roma com o intuito de ser coroado pelo papa, mas este em virtude da má experiência que tivera no encontro com o imperador em princípios de 1111, em que este o prendera, forçando-o a uma cerimónia de coroamento, ausentou-se para Benevento. O imperador, chegada a páscoa e pretendendo ser coroado em S. Pedro, recorre

ao arcebispo de Braga Maurício Burdin que se presta a celebrar a cerimónia. Maurício é excomungado pelo concílio reunido em Benevento e o papa ordena ao clero de Braga de eleger um novo arcebispo. No verão desse ano o imperador deixa Roma e Pascoal II regressa à cidade eterna em 14 de Janeiro de 1118, morrendo, porém, pouco depois, em 21 de Janeiro. Sucedeu-lhe o papa Gelásio II com quem Maurício parece ter encetado boas relações. Henrique V volta novamente a Roma em 2 de Março de 1118 a tentar a sua sorte com o novo papa mas este refugiou-se em Gaeta, sua terra natal. O imperador ameaça-o de designar um novo papa se Gelásio II não vem a Roma para efectuar a sua solene coroação. O papa não se deixa, porém, impressionar e o imperador faz então eleger e consagrar como papa o arcebispo de Braga Maurício que tomou o nome de Gregório VIII (8 de Março de 1118). Gelásio II a 7 de Abril excomunga o imperador e o arcebispo e morre em 29 de Janeiro de 1119, sucedendo-lhe Calisto II, eleito em 2 de Fevereiro. O novo papa permaneceu algum tempo em França entrando finalmente em Roma em 3 de Junho de 1120, fortemente secundado por forças normandas. Maurício viu-se abandonado pelos seus seguidores e retirou-se para Sutri. Em Abril de 1121 o cardeal Jean de Créme, acompanhado de importantes forças normandas, dirige-se a Sutri aprisionando Maurício que, em 23 de Abril, é transportado a Roma em condições vexatórias. Segundo os cronistas da época foi posto sobre um camelo, com a frente voltada para a cauda do animal, tendo sido vaiado e apedrejado pela população romana. Calisto II enviou-o finalmente para o convento de La Cava onde viveu ainda bastantes anos, morrendo obscuramente em data que se não conhece.

Aproveitando-se da atitude cismática de Maurício, o bispo Diego de Santiago procurou, na primavera de 1118, obter do papa Gelásio II, a transferência dos privilégios da arquidiocese de Braga para Santiago. O papa, certamente em situação difícil na sua luta contra o imperador, mostrou-se disposto a satisfazer as pretensões do bispo de Santiago contra a entrega de uma importante compensação pecuniária. Diego de Compostela aceitando esta condição enviou ao papa dois eclesiásticos com 120 onças de ouro. A sorte de Braga, como sede metropolita, parecia selada e a própria independência do condado portugalense seriamente compromete-

da. Os dois eclesiásticos, portadores do tesouro para o papa, foram porém capturados pelos aragoneses cujo rei se achava em luta com o reino de Leão e Castela. A transacção projectada não foi assim consumada. Quando Diego de Santiago enviou mais tarde novos representantes ao papa com mais dinheiro, Gelásio II já falecera e o novo papa Calisto II, que já havia recobrado Roma, não acedeu às pretensões do prelado compostelano. O clero de Braga, em conformidade com a determinação do papa Pascoal II ao excomungar Maurício, elegera em 1118 Paio como novo prelado de Braga, o qual foi sagrado pelo arcebispo de Toledo Bernardo.

A posição de Braga continuou a ser confusa durante bastante tempo e os sucessos políticos após a morte do conde D. Henrique não favoreceram o esclarecimento da situação. Esta principiou a melhorar, no entanto, quando Afonso Henriques tomou para si o governo do condado portugalense. Logo em 1128, quando iniciou o seu governo, promoveu a eleição como bispo de Coimbra do seu candidato Gonçalo, arcebispo de Braga. O novo bispo foi sagrado pelo arcebispo de Braga apesar das conhecidas pretensões de Santiago sobre os bispados que dependeram da antiga metrópole de Mérida, como era o caso de Coimbra. O bispo de Santiago reclamou deste facto para o papa Honório II e o bispo Gonçalo de Coimbra recorreu igualmente para o papa para que este confirmasse a sua dependência de Braga. O papa hesitou na resolução deste novo conflito ordenando ao arcebispo D. Paio de Braga de vir a Roma justificar-se. Entretanto Honório II faleceu, em Fevereiro de 1130, e foi sucedido por Inocêncio II que favoreceu algumas das pretensões do bispo de Santiago sobre Braga mas a que o prelado de Braga nunca deu execução. Com a criação em terra portuguesa de vários conventos tributários da Santa Sé, com a ajuda de Afonso Henriques, este melhorou grandemente as suas relações com a cúria romana. Em 1136, por morte do bispo Hugo do Porto, que fora sempre um aliado de Diego de Compostela, Afonso Henriques favoreceu a eleição do seu protegido João Peculiar como bispo do Porto alargando assim a influência do clero português. Quando dois anos depois faleceu o arcebispo D. Paio, D. João Peculiar foi eleito arcebispo ocupando a arquidiocese durante trinta e sete anos e colaborando estreitamente com Afonso Henriques na sua obra de expansão e consolidação do reino de Portugal. Visitando Roma em 1139, onde participou no segundo concílio de Latrão, D. João Peculiar obteve do papa Inocêncio II uma confirmação dos seus privilégios de metrópolita. Procurando impor a sua jurisdição sobre Coimbra o arcebispo de Braga entrou em conflito com o bispo D. Bernardo sendo chamado a Roma para se justificar. Afonso Henriques havia entretanto feito juramento de fidelidade ao papa nas mãos do cardeal legado Guido, como referimos mais acima, e o rei português encarregou o arcebispo de Braga de ser portador da sua carta de enfundamento ao papa *Claves regni coelorum*, de 13 de Dezembro de 1143. D. João Peculiar obteve da cúria nova confirmação de alguns privilégios para Braga e Coimbra e recebe, também, a resposta do papa Lúcio II *Devotionem tuam*, de 1 de Maio de 1144 dirigida a Afonso Henriques. O papa ordena, porém, ao arcebispo de Braga de se submeter ao primado do arcebispo de Toledo, o que se harmoniza com a sua recusa de reconhecer a dignidade real assumida por Afonso Henriques.

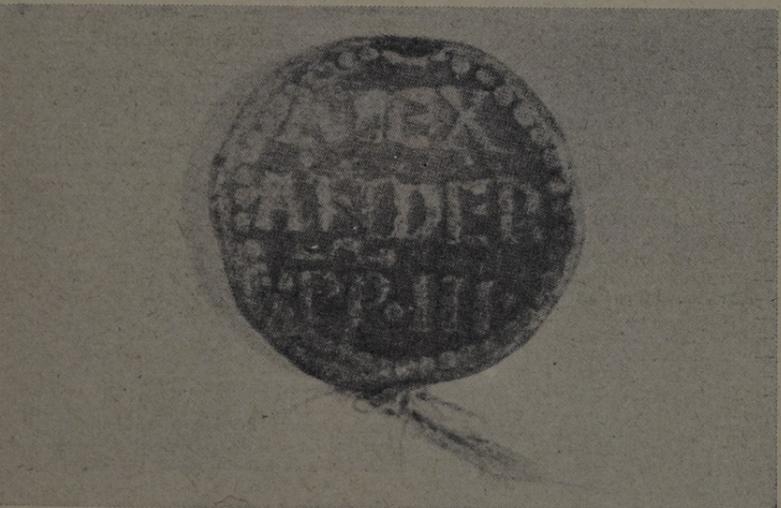
No seu regresso a Portugal D. João Peculiar não deu, porém, execução à determinação do papa arrastando-se a situação por vários anos até que o papa Eugénio III o intimou, em 9 de Maio de 1145, a prestar obediência canónica ao arcebispo de Toledo dentro do prazo de três meses sob pena de suspensão em caso de desobediência. O arcebispo de Braga continuou a não dar andamento às ordens vindas de Roma e os acontecimentos políticos ocorridos em Portugal vieram dar-lhe ajuda nessa sua determinação. Com efeito em 1147 Afonso Henriques conquista Santarém e pouco depois Lisboa. A primeira conquista assegurava a dependência de Coimbra da metrópole de Braga pois o território português se alargava agora consideravelmente para o sul de Coimbra. Por outro lado, a conquista de Lisboa, centro e porto importante, permitiu ao rei português de fazer eleger para esta cidade um bispo da sua escolha que foi sagrado pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar que pessoalmente participou na conquista daquela cidade. O velho bispado de Lisboa dependera sempre da metrópole de Mérida e por conseguinte deveria ficar dependente de Santiago ou de Toledo. A nova situação teria, pois, que ser regularizada pelo papa pelo que D. João Peculiar, em meados de 1148, se dirige novamente a Roma, desta vez portador de importantes notícias so-

bre o esforço de reconquista dos portugueses contra os infiéis que foram, certamente, bem recebidos em Roma. O papa Eugénio III absolveu o arcebispo da sua suspensão e, em 8 de Setembro de 1148, confirmou-o nos seus privilégios de metrópolita mas insistiu na sua subordinação ao primaz de Toledo que D. João Peculiar não se apressou, no entanto, a fazer recebendo, em 14 de Dezembro de 1149, nova intimação do papa, sob pena de suspensão, para efectuar o acto de obediência. Finalmente, em 16 de Maio de 1150, o arcebispo de Braga prestou obediência ao arcebispo de Toledo D. Raimundo. D. João Peculiar reclamou, porém, junto do papa o bispado de Zamora, cujo bispo fora entretanto sagrado pelo arcebispo de Toledo, e em 15 de Junho de 1153 o papa deu-lhe razão. O arcebispo de Braga, que após as suas diversas viagens a Roma sentia o seu prestígio consolidar-se, voltou agora a recusar-se de prestar obediência ao primaz de Toledo quando, após a morte do arcebispo Maurício, foi eleito o novo arcebispo João. Este protestou, naturalmente, junto do papa Anastácio IV que confirmou a primazia de Toledo intimando novamente o arcebispo de Braga a prestar obediência a Toledo sob pena de suspensão, como haviam procedido os papas anteriores. Entretanto o papa enviara à península ibérica o cardeal Jacinto encarregando-o de se ocupar deste diferendo. O cardeal tentou uma negociação entre os arcebispos de Braga e Toledo mas não conseguiu pôr de acordo os dois prelados decidindo que as suas divergências deviam ser presentes ao concílio convocado para Valladolid, em Janeiro de 1155. D. João Peculiar não compareceu, porém, no concílio, certamente recoso que procurassem impor-lhe novamente prestar obediência ao arcebispo de Toledo. Por influência do rei de Leão e Castela, Afonso VII, presente no concílio, o cardeal Jacinto suspendeu o arcebispo de Braga por ausência pertinaz ordenando igualmente que os três bispos de Coimbra, Viseu e Lamego prestassem obediência ao arcebispo de Santiago de Compostela o que constituía um sério golpe na crescente importância da província de Braga. O novo papa Adriano IV, eleito em Dezembro de 1154, confirmou a suspensão do arcebispo de Braga e a intimação de se submeter ao primaz de Toledo. D. João Peculiar empreendeu então uma nova viagem a Roma para defender a sua posição e obteve uma confirmação papal dos seus privilégios, em 6 de Agosto de 1157. A questão da obediência devida ao primaz de Toledo continuou, porém, em aberto e veio-lhe surgir mais tarde, já no tempo do papa Alexandre III que, por uma bula de 26 de Fevereiro de 1161, ordena ao arcebispo de Braga e aos seus sufragâneos de prestarem obediência ao primaz de Toledo sob pena do bispado de Zamora transitar para a jurisdição directa de Toledo. Em 11 de Julho de 1163 Alexandre III desligou os sufragâneos da sua obediência ao arcebispo de Braga no caso deste não se submeter ao arcebispo de Toledo. D. João Peculiar volta novamente à corte papal e encontra o papa em Bourges obtendo nova confirmação dos seus privilégios e o reconhecimento de Zamora entre os bispados seus sufragâneos. O novo arcebispo de Toledo, Cerebruno, dirige-se então à cúria relembrando os seus direitos de primaz e exigindo a obediência do prelado de Braga e Alexandre III expede uma nova bula (cujá data deve ser de 1170, 1171 ou 1172) na qual intima, mais uma vez, D. João Peculiar a prestar obediência ao arcebispo de Toledo. Os termos desta bula são, porém, mais brandos daqueles empregados nas bulas anteriores sobre a mesma matéria, não se indicando penas concretas mas apenas, vagamente, penas futuras. O arcebispo de Toledo voltou novamente a insistir sobre o assunto junto da cúria romana e Alexandre III encarregou o cardeal Jacinto de, numa nova visita que fez à península ibérica, procurar convencer D. João Peculiar a submeter-se ao arcebispo toledano. Não se conhecem as circunstâncias desta intervenção do cardeal Jacinto. Mas a partir deste momento não mais se levantou o problema da primazia de Toledo sobre Braga em termos sérios e o arcebispo de Toledo e os seus próximos sucessores parece terem abandonado qualquer pretensão de impor obediência ao prelado bracarense. Muito mais tarde, em princípios do século XIII, o arcebispo de Toledo Rodrigo Ximenez levantou novamente o problema no quarto concílio de Latrão. O papa Honório III, pelas bulas de 9 de Janeiro de 1218, resolveu, porém, impor silêncio sobre a disputa adiando indefinidamente o seu julgamento.

Continuaram ainda, por alguns anos, as reivindicações do arcebispo de Santiago sobre os bispados do sul de Portugal que antes dependiam da metrópole de



Selo de chumbo da bula "Manifestis probatum". No anverso: as cabeças de São Paulo e São Pedro, encimadas pela inscrição SPA e SPE. No verso: a inscrição "Alexander III PP.".



Alexandre III reconhece o Reino de Portugal

• Continuação da pág anterior

Mérida, Coimbra, Viseu e Lamego prestavam obediência a Braga mas Lisboa e Évora prestavam obediência a Santiago. Em 1199, Inocêncio III impôs uma divisão clara entre as províncias eclesiásticas de Braga e Santiago. Nesta divisão Braga conservou Coimbra e Viseu, mas Santiago obteve Lisboa, Évora, Lamego, Zamora e o novo bispado da Guarda. Esta absurda divisão, que não coincidia com a divisão política da península já então reconhecida, perdurou ainda por duzentos anos até que, durante o grande cisma ocidental, a jurisdição da igreja portuguesa passou a coincidir com as fronteiras políticas do reino de Portugal. Com efeito o papa Bonifácio IX, pela sua bula *In eminentissimae dignitatis*, de 10 de Novembro de 1393, elevou a sé de Lisboa à dignidade de metrópole, atribuindo-lhe como sufragâneos os bispados de Évora, Lamego, Guarda e Silves. Pelo mesmo tempo, em data que não é possível precisar, deixaram de depender de Braga os bispados situados nos territórios de Leão e Galiza.

Quando o papa Alexandre III reconheceu o título de rei a Afonso Henriques, já a situação da metrópole de Braga era portanto, de autonomia de facto em relação ao arcebispado de Toledo. Por outro lado as conquistas de Afonso Henriques para o sul dos seus domínios haviam expandido consideravelmente o seu reino, consolidando o seu poderio e infligindo considerável recuo no domínio muçulmano da península ibérica. O acto político do papa Alexandre III, reconhecendo o reino hereditário de Portugal, coroava, por assim dizer, os esforços conjuntos do arcebispo de Braga D. João Peculiar e do monarca português D. Afonso Henriques, que numa obra notável de cooperação e entrelaçada haviam sabido criar os fundamentos de um novo Estado peninsular que, não só nas suas

origens representava um triunfo dos cristãos sobre os seus adversários muçulmanos como, mais tarde, pela sua obra de expansão ultramarina seria o principal instrumento de expansão do cristianismo no Mundo extra-europeu. Pode, pois, concluir-se que o papa Alexandre III ao

incitar o primeiro monarca português a empenhar-se na dilatação dos confins da fé cristã (... *dilatandis xpiane fidei finibus...*), incitamento que devia ser entendido como dirigido também aos seus sucessores, fazia uma exortação verdadeiramente profética.

Apêndice

A Bula « Manifestis probatum » de Alexandre III de 23 de Maio de 1179

O original da bula *Manifestis probatum* de Alexandre III, de 23 de Maio de 1179, existe no Arquivo Nacional de Lisboa, conhecido, desde tempos remotos, por *Torre do Tombo*. Constitui o documento n. 20, do maço 16, da *Caixa das Bulas*.

O documento em pergaminho, com as dimensões de 665mm x 520mm, acha-se em muito bom estado. O selo ou bula em chumbo encontra-se actualmente separado do pergaminho. Quando Alfredo Pimenta procedeu à leitura da bula, nas proximidades de 1937, o selo ainda se encontrava ligado ao pergaminho por fios de seda amarela.

Reproduzimos no presente opúsculo (1) fotografias do pergaminho e do respectivo selo. Como se pode verificar trata-se de um belo exemplar de documento da chancelaria papal escrito na letra típica do século XII e com alguns ornatos de beleza artística. Assim no fim do texto, à esquerda, antes do nome do papa, vê-se desenhada a *rota*, ou sinete particular do papa, constituído por dois círculos concêntricos. No círculo interior, dividido em cruz vê-se a inscrição seguinte: *Peirus / Paulus / Alex / ander* e por debaixo do nome do papa *PP/III*. No espaço entre

o círculo interior e o círculo exterior lê-se o mote de Alexandre III: *Vias tuas, domine, demonstra mihi*, tirado do *Salmo* 24, 4. Depois do nome do papa vêem-se dois SS alongados que são o *subscripti*, ou assinatura do papa. Segue-se o *Koma* que é constituído por uma série de pontos e uma longa vírgula e depois o *bene valete*, desenhado artisticamente de forma original.

Transcreve-se adiante o texto original da bula, conforme a leitura efectuada por Alfredo Pimenta (*Subsídios para a História de Portugal*, Lisboa, 1937, ps. 38-41). Até à publicação feita por Alfredo Pimenta os historiadores portugueses e estrangeiros divulgaram textos integrais ou excertos da bula tirados de diversas cópias existentes no Arquivo Nacional de Lisboa, nomeadamente no *Livro I dos Breves*, *Livro III das Doações de Afonso III* e *Livro da Reforma das Gavetas*. Provém destas cópias os textos publicados por Fr. António Brandão, na sua *Monarquia Lusitana*, e D. António Caetano de Sousa, na sua *História Genealógica da Casa Real*, e que serviram a tantos outros autores que reproduziram o texto da bula. É certamente desta origem o texto incluído no *Bullarium*

Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum (Taurinensis editio, 1865), tomo II, ps. 816-7.

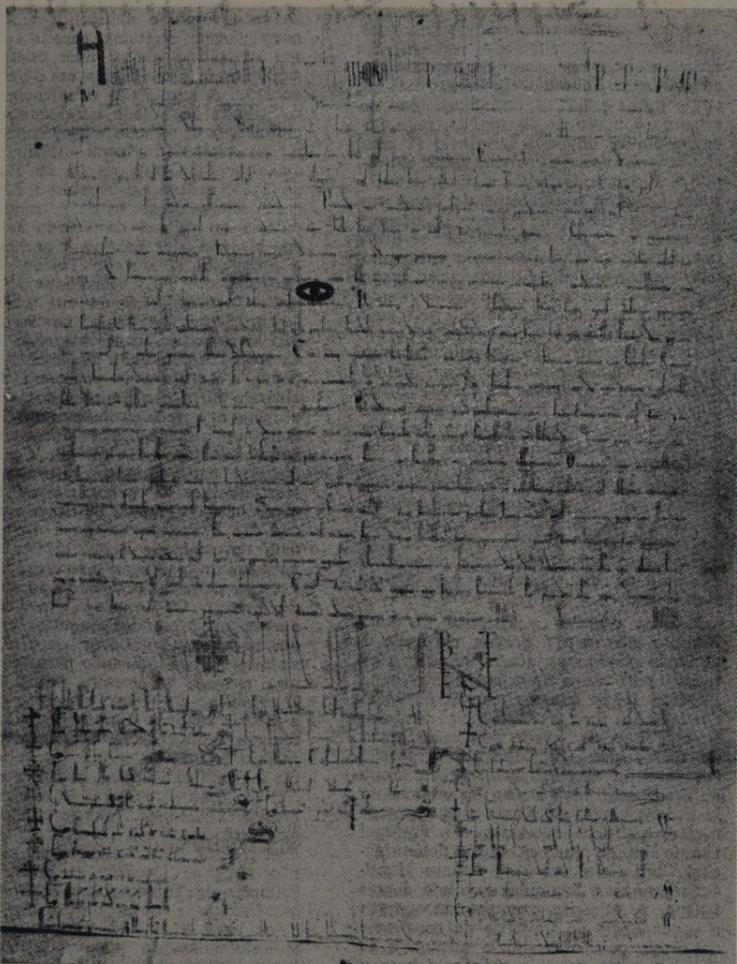
No estudo referido de Alfredo Pimenta faz-se a indicação das variantes entre o texto original e os textos das referidas cópias. A Pimenta identifica também os diversos signatários da bula (com excepção de um), assim como o cardeal presbítero e chanceler que no final da bula se indica como o seu executante. Trata-se de Alberto Santori de Mora, natural de Benevento, feito cardeal diácono de S. Adrião em 1155, tendo optado pelo título de S. Lourenço in Lucina em 1158. Foi eleito papa, com o nome de Gregório VIII, em 21 de Outubro de 1187, morrendo, pouco depois, em Dezembro do mesmo ano. Outro signatário que veio a ser papa é Ubaldo Allucinpoli, natural de Luca que foi feito cardeal presbítero de Santa Praxedes em 1141. Foi decano do Sacro Colégio em 1163 e eleito papa, após a morte de Alexandre III, em 1 de Setembro de 1181, com o nome de Lúcio III, morrendo em Novembro de 1185. Outro ainda, é Jacinto Boboni Orsini, de Roma, feito cardeal diácono de Santa Maria in Cosmedin em 1144. Foi eleito papa em 30 de Março de 1191, tomando o nome de Celestino III. Morreu em 1198.

Com o texto original da bula publicamos igualmente versões em italiano e português (2). Desta forma os estudiosos poderão encontrar neste volume, pela primeira vez, a reprodução fotográfica do original da bula e do respectivo selo em chumbo, o texto latino original e as versões em língua italiana e portuguesa.

1) O Autor refere-se, naturalmente, ao trabalho que nas páginas deste jornal se transcreve (*NdR.*).

2) Aqui, omitimos quer o texto latino quer a versão em italiano. Reproduzimos só a tradução em português (*NdR.*).

Versão portuguesa da "Manifestis probatum"



Original da bula "Manifestis probatum", existente no Arquivo Nacional de Lisboa.

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, rei ilustre dos Portugueses e aos seus herdeiros. Para perpétua memória. Está demonstrado com provas manifestas que, através de esforços bélicos e aguerridas pelejas, tens sido um intrépido extirpador dos inimigos do nome cristão e um diligente propagador da fé cristã; e, como bom filho e príncipe católico, tens também tido variadas atenções de benevolência para com tua mãe a santa Igreja, deixando aos vindouros um nome digno de louvor e um exemplo a imitar. Mas é de justiça que também a Sé apostólica ame com sincero afecto aqueles que por disposição celeste foram lá do alto escolhidos para governo e salvação do povo, procurando eficazmente aceder às suas legítimas instâncias. Por isso Nós, reconhecendo a tua pessoa dotada de prudên-

cia e equidade, e portanto idónea para governar, te recebemos e ao reino de Portugal sob a protecção de S. Pedro e Nossa, com todas as honras e dignidades próprias dos reis, concedendo-te, por virtude da autoridade apostólica, e confirmando-te na posse de todos os lugares que com o auxílio da divina graça conseguires arrancar das mãos dos Sarracenos, sem que os príncipes cristãos teus vizinhos possam alegar sobre eles quaisquer pretensões. E para que a tua devoção e obediência a S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos, e à santa Igreja Romana cresçam cada vez mais, quanto te concedemos a ti pessoalmente isso mesmo concedemos também aos teus herdeiros, tomando como um dever do Nosso múnus apostólico defendê-los, com a ajuda de Deus, em tudo o que fica concedido. Por tua vez, filho caríssimo, terás o cuidado de te conservar submisso e devotado à santa Igreja Romana, excitando-te, conforme as circunstâncias o permitirem, na dilatação dos confins da fé cristã, de modo que a Sé Apostólica se alegre por tão devoto e glorioso filho e descanse no teu amor. Como prova de que o predito reino pertence por direito a S. Pedro, tu mesmo, para maior demonstração de reverência, estabeleceste dar-Nos todos os anos, a Nós e aos Nossos sucessores, dois marcos de ouro; o qual censo, para Nossa utilidade e dos Nossos sucessores, tu e os teus herdeiros depositareis todos os anos nas mãos do Arcebispo de Braga, que então estiver à frente daquela Sé. Decretamos portanto que a ninguém seja lícito perturbar-te ou aos teus herdeiros e ao predito reino, ou de qualquer modo usurpar, total ou parcialmente, as tuas possessões, reter o recubado, ou molestar-vos temerariamente, seja de que maneira for. Por isso, se no futuro alguém, eclesiástico ou secular, tentar fazer alguma coisa contra este Nosso documento, e se, admoestado uma segunda e terceira vez, se não corrigir nem der a devida reparação, seja privado de todo o poder e dignidade, e saiba que fica sendo réu do juízo de Deus pela perpetrada iniquidade, devendo ser impedido de receber o sacratíssimo Corpo e Sangue de Deus e Nosso Redentor Jesus Cristo e abandonado na hora da morte ao justo castigo. Todos aqueles, porém, que respeitarem os direitos do dito reino e do seu rei gozem da paz do Senhor Jesus Cristo, recebam já neste mundo a recompensa da boa acção e encontrem depois junto do justo Juiz o prémio da paz eterna. Amen...

- Eu Alexandre, Bispo da Igreja Católica, Subscrevi; Boa saúde.
- Eu João, Cardeal Presbítero dos Santos João e Paulo, do título de Pa-máquio.
- Eu João, Cardeal Presbítero do título de Santa Anastásia.
- Eu João, Cardeal Presbítero do Título de S. Marcos.
- Eu Pedro, Presbítero do título de Santa Susana.
- Eu Viviano, Cardeal Presbítero do título de S. Estêvão no Monte Célio.
- Eu Cintio, Cardeal Presbítero do título de Santa Cecília.
- Eu Hugo, Cardeal Presbítero do título de S. Clemente.
- Eu Arduino, Cardeal Presbítero do título de Santa Cruz de Jerusalém.
- Eu Mateus, Cardeal Presbítero do título de S. Marcelo.
- Eu Ubaldo, Bispo de Ostia.
- Eu Teodino, Bispo de Porto e Santa Rufina.
- Eu Pedro, Bispo de Túsculo.
- Eu Henrique, Bispo de Albano.
- Eu Bernardo, Bispo de Palestrina.
- Eu Jacinto, Cardeal Diácono de Santa Maria in Cosmedin.
- Eu Ardécio, Cardeal Diácono de S. Teodoro.
- Eu Laborans, Cardeal Diácono de S. Maria in Pórtoricum.
- Eu Rainério, Cardeal Diácono de S. Jorge in Velabrum.
- Eu Graciano, Cardeal Diácono dos Santos Cosme e Damião.
- Eu João, Cardeal Diácono do Santo Anjo.
- Eu Rainério, Cardeal Diácono de Santo Adrião.
- Eu Mateus, Cardeal Diácono de Santa Maria Nova.
- Eu Bernardo, Cardeal Diácono de S. Nicolau in Carcere Tullianum.

Dado em Latrão, pelas mãos de Alberto Cardeal Presbítero e Chanceler da Santa Igreja Romana, a X das Calendas de Junho, Indicação XI da Encarnação do Senhor, no ano de 1179; XX ano do Pontificado do Senhor Papa Alexandre III.

Da proclamação do Reino às fronteiras definitivas

Para o sucesso da iniciativa, de fazer da faixa ocidental da Península um reino independente, tinha certamente influído o desenvolvimento da costa atlântica com o aumentar do movimento dos portos, devido ao afluir de combatentes não peninsulares para a luta da Reconquista contra os Árabes (chamados pelo povo "mourros", de "mauri" como eram denominados pelos romanos); lutas passadas à história com o nome de cruzadas. Contribuiu de modo decisivo a formar uma nação a política inteligente do rei da dinastia fundada por Afonso Henriques, a primeira das três dinastias que reinariam no País, a dos Borgonheses, que reinou de 1140 a 1358 e na qual se sucedem nove soberanos: Afonso Henriques (1140-1185), Sancho I (1185-1211), Afonso II (1211-1223), Sancho II (1223-1248), Afonso III (1248-1278), Dinis (1278-1325), Afonso IV (1325-1357), Pedro I (1357-1377) e Fernando I (1377-1385: à morte deste rei fica regente a viúva).

No curso de um século, os primeiros cinco destes reis realizam a completa Reconquista da faixa ocidental da Península até ao extremo sul do Algarve e começam a colonização sistemática e a organização administrativa do reino.

Afonso Henriques, que se casa com Mafalda filha de Amadeu III de Sabóia, expulsa os Árabes de Santarém e depois de Lisboa, que ocupa (1147) após um cerco realizado com a ajuda de cruzados de muitos países da Europa, alemães, franceses, ingleses flamengos e italianos (entre estes últimos e em primeira fila, os genoveses); instala-se de forma duradoura na Estramadura; penetra no Alentejo até às cidades importantes de Évora e de Beja.

O seu filho Sancho I desenvolve uma eficaz actividade administrativa e social, fixando populações nas localidades devastadas pelas guerras e pelas guerrilhas (mesmo com colónias estrangeiras), restaurando castelos arruinados, ajudando ordens religiosas sobretudo as que tinham combatido contra os Árabes — tomando no entanto medidas energéticas para travar o aumento preocupante dos bens do clero —; realiza incursões militares até ao extremo sul do Algarve — em 1189 conquista Silves que depois se perde — devendo por sua vez sofrer perigosas incursões de vingança dos Árabes no Algarve e no Alentejo, e mesmo até mais ao Norte, Coimbra por exemplo.

O seu filho Afonso II, também ele em luta contra o clero, reúne em Coimbra (1211) as "Cortes", a assembleia dos representantes do clero e da nobreza (aos quais mais tarde se acrescentarão os do povo, mas de modo definitivo não antes de 1254: o conjunto dos representantes de cada classe num primeiro tempo chama-se "Braço" depois "Estado"); colabora com Afonso VIII de Castela numa das mais importantes batalhas contra os Árabes a vitoriosa de Navas de Tolosa (1212); com a ajuda do alto clero recobra (1217) Alcácer do Sal na Estremadura.

O seu filho Sancho II, possuidor de mais dotes guerreiros do que administrativos, no decénio 1226-1236 completa a conquista definitiva do Alentejo; e tornando a penetrar no Algarve, com a conquista das suas fortalezas mais importantes, de Tavira a Vila Real de Santo António junto do Guadiana, separa definitivamente a região que está a oeste do rio, do resto do Sul da península ainda nas mãos dos árabes: é o delinear-se das fronteiras definitivas do País no extremo Sul e Este. São-lhe porém hostis os nobres e muitos membros do alto clero, e rebela-se o seu irmão Afonso: deposto Sancho pelo Papa Inocêncio IV (1245), depois de inúteis resistências retira-se para Toledo, onde morre.

O seu irmão Afonso III — que se casa com Beatriz, filha de Afonso X, o Sábio de Castela — completa rapidamente a reconquista definitiva do Algarve (1249); intitula-se a si próprio e aos seus sucessores rei "de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar", antecipação, ao menos na sua mente, do destino de Portugal. E durante anos deve lutar não com os Árabes mas com os Castelhanos, até conseguir, com o tratado de Badajoz (1267), fixar a fronteira do Algarve — isto é, o confim entre Castela e Portugal — a partir do Guadiana, da confluência do rio Caia até ao oceano. Também ele deve enfrentar o alto clero, o Bispo do Porto e outros prelados; admite nas "Cortes" (Leiria 1254) representantes dos "Concelhos", ou seja dos centros habitados que possuíam certa autonomia administrativa dos "senhores" e em parte do próprio rei.

Uma ajuda eficaz a este rei nas lutas

contra os Árabes veio também do mundo que interessa ao mesmo tempo a cultura, o das ordens religiosas, entre as quais a Ordem de Cluny e ainda mais a Ordem de Cister. Esta última possui, entre vários mosteiros, um que será durante séculos o centro de difusão da cultura em todo o país e na península; o convento de Alcobaça, fundado por Afonso Henriques cumprindo um voto feito por ocasião da conquista de Santarém. Particularmente eficaz foi a ajuda das Ordens religiosas militares, dos Hospitalários, dos Irmãos de Calatrava, da Ordem de Santiago e entre todas, a dos Templários, riquíssima de terras a começar na zona entre Coimbra e Leiria; quando a Santa Sé a extinguiu (1312), foi substituída pela Ordem de Cristo. Ao espírito guerreiro destas Ordens — cuja missão era explicitamente a luta contra os Árabes — todos os reinos cristãos da Península devem "em boa parte a expulsão dos Sarracenos" utilizando a frase do maior — e imparcial — dos historiadores portugueses do século XIX, Alexandre Herculano.

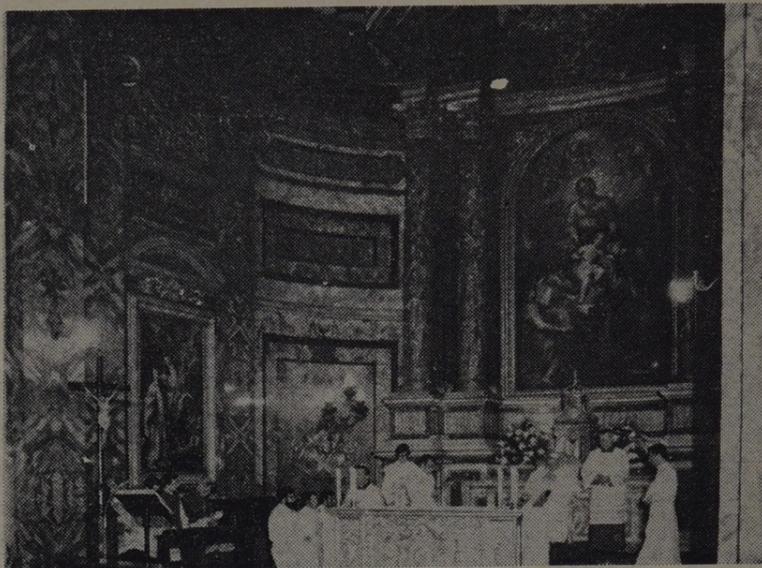
(Do volume "A civilização portuguesa" Mursia, Milão 1975 — de Giuseppe Carlo Rossi).

Nas fotografias desta página:

Um momento da celebração da Missa, na capela-mor da Igreja de Santo António dos Portugueses. Por sobre o altar-mor (desenhado por Schor), o precioso sacrário de mármore e bronzes, onde se conserva o Santíssimo Sacramento. E a tela a óleo, de Calandrucci (1646-1707): Nossa Senhora traz do céu o Menino Jesus que vai sentar-se no livro (símbolo da ciência) de Santo António, ao mesmo tempo que o Santo beija a mão ao Deus Menino.

O Santo Padre João Paulo II saudado por Sua Ex.cia o Senhor Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. José Calvet de Magalhães.

Após a celebração da Missa, o Papa foi calorosamente saudado pelos Bispos, pelas Personalidades diplomáticas e pelos Fiéis no interior do templo, e, dirigindo-se para a saída, deparou novamente com o entusiasmo dos habitantes das casas fronteiras. Com o seu gesto de bênção respondeu à aclamação de que foi alvo. E voltou, no automóvel descoberto, para o Vaticano.



A Santa Sé e Portugal

• Continuação da pág. 2

E assim lhe vem o reconhecimento explícito de Alexandre III: "Fica bem manifestamente provado que tu, com esforços bélicos e aguerridos recontras, foste intrépido exterminador dos inimigos do nome cristão e diligente propagador da fé cristã"; e acrescenta uma exortação para que se empenhe também no futuro

no "ampliação das fronteiras da fé cristã"

É o reconhecimento prévio, pode-se dizê-lo sem dúvida, do que será através dos séculos a incrível gesta marítima portuguesa, a obra evangelizadora, a par da obra política e comercial; é o presságio do destino português que em 1572 Camões sintetizaria ao abrir o poema nacional "Os Lusíadas", com a fórmula da "dilatação da Fé e do Império".

A iniciativa do actual Embaixador surge como simbólico prosseguimento da actividade do seu imediato predecessor, Eduardo Brazão, que há anos publicou, em Itália e em Portugal, em volumes de excepcional importância, os documentos relativos às Concordatas entre a Santa Sé e Portugal de 1258 a 1940 (volumes de que, aquele que agora aqui escreve, teve ocasião de se ocupar na devida altura e nestas mesmas colunas entre 1970 e 1972).

Ao Embaixador Calvet de Magalhães deve ser reconhecido o mérito de ter contribuído, com o referido seu trabalho que veio na devida altura conferir oportuna actualidade a um facto de valor não apenas simbólico, na história não só política mas também religiosa.

GIUSEPPE CARLO ROSSI

A data de 23 de Maio de 1179, em que o Papa Alexandre III reconheceu Portugal como Estado de Direito, foi comemorada com diversas cerimónias tanto em Lisboa como em Roma.

Em Roma, além da visita do Papa João Paulo II à Igreja de Santo António dos Portugueses, visita a que nos referimos detidamente neste número, teve lugar, no auditório do Instituto dos Missionários da Consolata, uma sessão presidida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro e em que o Reitor Magnífico da Pontifícia Universidade Urbaniana, o português Prof. Dr. José Saraiva Martins, proferiu uma conferência submetida ao título: "O Papado e a independência de Portugal".

A esta sessão dedicaremos também congruo espaço no próximo número do nosso jornal.

Visita do Santo Padre a Montecassino

Perante Deus e perante a história compreender o significado da terrível experiência da guerra

O Sumo Pontífice dirigiu-se de helicóptero, na sexta-feira 18 do corrente, a Montecassino para celebrar o 35º aniversário da grande batalha em que entraram os soldados do general Anders, naturais da Polónia. Chegando à praça do cemitério, em que jazem os restos de mais de mil desses sacrificados, o Santo Padre recebeu a homenagem do Presidente do Conselho de Ministros italiano.

Encontro com o Presidente do Conselho de Ministros da Itália

O Dr. Giulio Andreotti disse revestir o dia significado duplo. Primeiro, ser ocasião de muitos se unirem às orações do Papa por aqueles que lutaram pela libertação da Itália. E recordou estar esse esforço polaco ligado a dois centros da melhor tradição religiosa do país: Montecassino e Loreto. O apreço da plurisecular tradição cassinense mostraram-no, há 35 anos, os habitantes da região, que ao precisarem de tudo o que lhes levara o bombardeamento, antes de mais nada pediram ao governo restaurasse a Abadia destruída.

Em seguida, o Dr. Andreotti apontou o segundo motivo da alegria a 18 de Maio: ser o 59º aniversário do Santo Padre, agora festa não apenas de Cracóvia mas do mundo inteiro. E terminou apresentando a Sua Santidade os melhores votos de felicidades.

Em Montecassino, assim respondeu Sua Santidade à saudação do Dr. Andreotti, Presidente do Conselho de Ministros italiano:

Senhor Primeiro-Ministro
Ilustres Senhores

Agradeço-vos sinceramente a vossa presença, e agradeço a vós, Senhor Presidente do Conselho, as nobres palavras que me quisestes dirigir no momento em que vou visitar estes lugares consagrados à dor humana e à esperança cristã.

O Papa vem, primeiramente, em dolorosa peregrinação para orar e para recordar aqueles que, nestas zonas, durante um dos períodos mais trágicos da segunda guerra mundial, derramaram o seu sangue: são milhares; pertenciam a várias nações, a várias raças, a várias religiões: eram homens, isto é filhos de Deus e, portanto, entre si irmãos em Cristo. Os seus parentes choram-nos ainda e perguntam o "porquê" do violento fim desses jovens, que certamente sonhavam na vida e não na morte, no amor e não no ódio, na alegria e não no sofrimento, na paz e não na guerra.

Venho portanto unir-me, com a profundidade do meu ser de homem, de cristão, de sacerdote, de Bispo e de Papa, à oração ardente, à recordação inquietante e à dor ainda viva daqueles que ficaram com um grande vazio, que não se pode encher, nos próprios corações e nas próprias casas.

Mas venho também para ouvir e para transmitir a todos a mensagem dos que repousam neste cemitério militar polaco, como também nos cemitérios militares inglês, alemão, italiano e francês: dizem-nos eles que o sacrifício das suas vidas juvenis não pode ter sido inútil; que o seu sangue deve ter contribuído para tornar os homens melhores, mais abertos, mais solidários uns dos outros; e que o seu último sofrimento, humanamente incompreensível, adquiriu pleno significado enquanto unido ao de Cristo, que tomou sobre si também a dor e a morte.

Convido todos a unir-vos à minha oração em sufrágio das almas dos soldados sepultados debaixo das campas destes cemitérios, mas também dos soldados caídos em todas as guerras, cumprindo o próprio dever

para com a Pátria, os quais vivem, pela eternidade, em Deus.

Nesta perspectiva, adquire quase significado simbólico a minha paragem na Abadia de Montecassino: completamente destruída pelo furor bélico e renascida das suas ruínas, continua a ser, para a Europa e para o mundo, centro de espiritualidade e de civilização. Neste dia tão solene, em nome de Deus e em nome do homem, repito a todos: "Não mateis! Não prepareis para os homens destruições e extermínio! Pensai nos vossos irmãos que sofrem fome e miséria! Respeitai a dignidade e a liberdade de cada um!" (1).

A todos a minha Bênção Apostólica.

1) Enc. *Redemptor Hominis*, 16.



Homilia de João Paulo II no cemitério polaco

Depois do discurso acima transcrito, João Paulo II celebrou o Santo Sacrifício da Missa, estando presentes muitos milhares de pessoas. Não faltavam alguns sobreviventes polacos da campanha da Itália.

Ao Evangelho, o Sumo Pontífice pronunciou a seguinte homilia:

1. Vinde, subamos à montanha... (1).

Ouvimos hoje este convite do Profeta e releio-lo como imposição interior: imposição da consciência e imposição do coração. O dia 18 de Maio obriga-nos moralmente a vir a esta montanha; a determo-nos, com a oração nos lábios, diante dos túmulos dos soldados aqui caídos; a olharmos para as paredes do mosteiro que então — há 35 anos — ficou reduzido a escumbros; a recordarmos aqueles acontecimentos; e a procurarmos, uma vez mais, tirar deles ensinamento para o futuro.

Caminhamos aqui sobre os vestígios duma grande batalha, uma das que deram o golpe decisivo à última guerra na Europa, à segunda grande guerra mundial. Essa guerra, entre os anos de 1939 e 1945, envolveu quase todas as Nações e Estados do nosso continente, abrangeu na sua órbita as potências extra-europeias, manifestou os auges do heroísmo nos militares, mas desvelou também o perigoso rosto da crueldade humana, deixou atrás de si os vestígios dos campos de extermínio, tirou a vida a milhões de seres humanos e destruiu os frutos do trabalho de muitas gerações. Difícil é enumerar todas as calamidades que desceram com ela sobre o homem, manifestando-lhe — no seu termo — também a possibilidade, através dos meios da mais moderna técnica dos armamentos, duma possível aniquilação futura de massa, diante da qual empalidecem as destruições do passado.

2. Quem fez esta guerra? Quem realizou a obra de destruição? Os

homens e as Nações. Era uma guerra das Nações europeias, embora ligadas entre si pelas tradições duma grande cultura: ciência e arte profundamente radicadas no passado da Europa cristã. Os homens e as nações: era a guerra duns e doutras: e, como foram duns e doutras a vitória ou a derrota, assim também se repartem os efeitos desse conflito.

Porque desceram "à liça homens e nações? Com certeza não foram levados a esta carnificina fratricida pelas verdades do Evangelho e pelas tradições da imponente cultura cristã. Foram arrastados à guerra pela força dum sistema que, em antítese do Evangelho e das tradições cristãs, fora imposto a alguns povos com desapiadada violência como programa, obrigando ao mesmo tempo os do outro lado a oporem resistência com as armas em punho. Em lutas gigantescas sofreu esse sistema derrota definitiva. O dia 18 de Maio foi uma das etapas decisivas de tal derrota.

Encontrando-nos em Montecassino no 35º aniversário daquele dia, desejamos, por meio da evocação eloquente dessa data, compreender, diante de Deus e da história, o significado de toda a terrível experiência da segunda guerra mundial. Não é fácil; mais, em certo modo, torna-se impossível exprimir em breves palavras o que foi objecto de tantas investigações, de estudos e monografias, e certamente se-lo-á ainda por muito tempo. Toda a nossa geração sobreviveu a essa guerra, que pesou sobre a sua maturação e desenvolvimento, mas ela continua ainda a viver na órbita das consequências de tal conflito. Não é portanto fácil falar dum problema que tem, na vida de nós todos, dimensão tão profunda. Dum problema ainda vivo e ligado em certo sentido ao sangue e à dor de tantos corações e tantas Nações.

3. Todavia, se nos esforçamos por compreender esse problema diante

de Deus e da história, então tomam importância, mais que um ou outro ajuste de contas com o passado, os ensinamentos para o futuro. Impõem-se estes com grande vigor, uma vez que a história não é só o grande polígono dos acontecimentos, mas é, também e sobretudo, livro aberto encerrando esses mesmos ensinamentos; é fonte da sabedoria da vida, para os homens e para as nações.

Quando tornamos a ler neste livro, com tanta dor aberto diante de nós, leva-nos ele à oração ardente, ao fervoroso anseio de reconciliação e paz. Viemos aqui sobretudo para pedir estas coisas, e por elas bradar diante de Deus e dos homens. Como porém a paz na terra depende da boa vontade dos homens, é difícil deixar de reflectir, ao menos brevemente, em que sentido devem orientar-se todos os esforços das pessoas de boa vontade — é necessário que o sejam todos — se queremos assegurar este grande bem da paz e da reconciliação, para nós e para as gerações futuras.

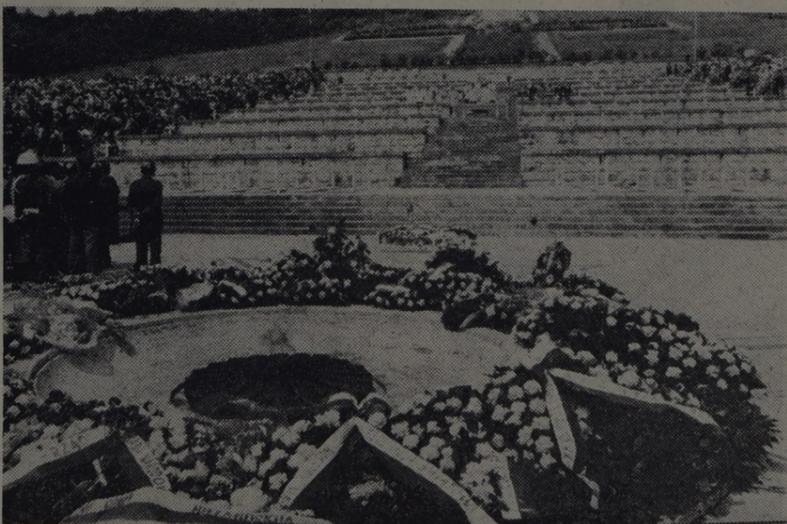
O Evangelho de hoje contrapõe dois programas. Um baseado no princípio do ódio, da vingança e da luta. Outro baseado na lei do amor. Cristo diz: *Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem* (2). É exigência difícil. Os que sobreviveram à guerra, como nós, e se encontraram com a ocupação, a crueldade e a violação mais brutal de todos os direitos humanos, sabem como é grave e difícil esta exigência. Mas, depois de tão terríveis experiências como a última guerra, ficamos a saber ainda melhor que, sobre o princípio que diz *olho por olho e dente por dente* (3) — sobre o princípio do ódio, da vingança, da luta — não se pode construir a paz e a reconciliação entre os homens e entre as nações. Só se pode construir sobre o princípio da justiça e do amor recíproco. E por isso foi esta a conclusão que das experiências da segunda guerra mundial tirou a Organização das Nações Unidas, proclamando a "Carta dos direitos do homem". Unicamente sobre a base do pleno respeito dos direitos dos homens e dos direitos das nações — do pleno respeito — pode construir-se no futuro a paz e a reconciliação da Europa e do mundo.

4. Peçamos, portanto, neste local de encarnizada batalha pela liberdade e pela justiça, que as palavras da liturgia de hoje se encarnem na vida.

Peçamos a Deus, que é Pai dos homens e dos Povos, como pede hoje o Profeta: "que nos ensine os Seus caminhos e andemos pelas Suas veredas..."

Ele julgará as nações e dará as Suas leis a muitos povos. Estes, das suas espadas forjarão relhas de arados, e, das suas lanças, foices. Uma nação não levantará a espada contra outra nação, e já não se adestrarão para a guerra... (4).

Oremos assim, tendo presente que não se trata já de espadas ou de lanças, mas das armas nucleares; dos



Visita do Santo Padre a Montecassino

No Claustro Bramante da Abadia de Montecassino

Alicerçar a fraternidade dos povos nos valores espirituais

meios de destruição, que são capazes de reduzir a nada a terra habitada pelos homens.

— Recordemo-nos ainda que em Montecassino, o Papa Paulo VI, em 1964, durante o Concílio Vaticano II, proclamou São Bento Padroeiro da Europa, fazendo referência às milenárias tradições beneditinas de trabalho, oração e cultura, fruto da paz e da reconciliação.

— Recordemos, por fim, que o lugar onde nos encontramos foi tornado fértil pelo sangue de tantos heróis: diante da sua morte pela grande causa da liberdade e da paz, viemos, uma vez mais, inclinar a cabeça.

Queridos compatriotas!

5. É um particular momento, este em que posso participar convosco no presente e grande aniversário. Há trinta e cinco anos terminava a batalha de Montecassino, uma das batalhas que decidiam o destino da última guerra. Para nós, que naquele período suportávamos as horribes opressões da ocupação, para a Polónia que se encontrava nas vésperas da insurreição de Varsóvia, aquela batalha foi nova reconfirmação da inflexível vontade de viver, da aspiração à independência da Pátria, virtude que não nos abandonou nem sequer por um momento. Em Montecassino combatia o soldado polaco, aqui ele caiu, aqui derramou o seu sangue pensando na pátria, naquela Pátria que para nós é Mãe amada precisamente porque o amor por ela exige sacrifícios e renúncias.

Não me compete a mim deter-me sobre o significado da batalha em si, sobre os resultados do soldado polaco nestes declives pedregosos. Os habitantes deste lindo País, a Itália, recordam que o soldado polaco trazia à pátria deles a libertação. Recordam-no com estima e amor. Nós sabemos que este soldado, no mesmo momento ia por um longo e tortuoso caminho "da terra italiana à Polónia", como outrora as legiões de Dabrowski.

Guiava-o a consciência de uma causa justa, dado que uma causa justa foi e nunca deixará de ser o direito de uma nação à existência e à existência independente, à vida social, ao espírito das próprias convicções e tradições nacionais e religiosas, e à soberania do próprio País.

Este direito do povo, violado durante mais de cem anos com a divisão foi novamente ameaçado em Setembro de 1939. E assim, durante o período a partir de 1 de Setembro até à batalha de Montecassino, aquele soldado ia por muitos caminhos olhando para a Divina Providência e para a justiça dos tempos com os olhos depositos na imagem da Mãe de Jasna Gora. Ia e combatia de novo, como as gerações passadas, para "a nossa e vossa liberdade".

6. Hoje, encontrando-nos aqui em Montecassino, desejo ser servo e voz desta ordem da vida do homem, social e internacional, que se constrói sobre a justiça e o amor segundo os conselhos do Evangelho de Cristo.

E precisamente por isto revivo convosco, mas sobretudo convosco que combatestes aqui, o valor moral desta batalha. Revivo-o convosco, Queridos Compatriotas, e ao mesmo tempo com todos aqueles que repousam aqui, Vossos companheiros de armas, com todos, a começar pelo Comandante, o Chefe e o Bispo Castrense, com todos até ao mais jovem soldado raso.

Muitas vezes caminhei neste cemitério. Li as inscrições sobre as lápides, com as indicações, para cada um, do dia e do lugar de nascimento. Estas inscrições reproduziam nos olhos da minha alma os traços da minha Pátria, daquela Pátria onde nasci.

Estas inscrições de tantos lugares da terra polaca, de todas as partes, do Oriente ao Ocidente, do Norte ao Sul, não cessam de gritar aqui no coração da Europa, aos pés da Abadia que recorda os tempos de São Bento, não cessam de gritar tal como gritavam os corações dos soldados que aqui combatiam.

Deus, que guardastes a Polónia por tantos séculos...

Inclinamos as nossas frentes perante os heróis.

Recomendamos a sua alma a Deus. Recomendamos a Deus a Pátria, a Polónia, a Europa e o Mundo.

1) Is. 2, 3; cfr. Mt. 4, 2.

2) Mt. 5, 44.

3) Mt. 5, 38.

4) Is. 2, 4.

Na tarde do dia 18 do corrente, o Santo Padre presidiu, no Claustro de Bramante da Abadia de Montecassino, a uma liturgia da palavra para os monges e para os fiéis do território sujeito religiosamente à autoridade do Abade cassinense.

Antes de começar a liturgia, o Bispo-Abade dirigiu ao Papa uma saudação respeitosa. E João Paulo II pronunciou a seguinte exortação:

Irmãos e filhos caríssimos

Há 35 anos, a 18 de Maio de 1944, os soldados polacos do General Anders, entrados pouco antes na frente de batalha e agregados ao "Oitavo Exército" inglês, conseguiram hastear a bandeira polaca, branca e vermelha, nas ruínas ainda fumegantes desta histórica Abadia.

Três meses antes, a 15 de Fevereiro de 1944, centenas de toneladas de explosivo tinham sido despejadas dos bombardeiros, destruindo a Aba-



dia, considerada objectivo estratégico, enquanto, entre um bombardeamento e outro, o tiro cruzado das artilharias terrestres e marítimas semeava morte e ruínas por toda a parte.

No cemitério polaco, mais de mil cruces recordam o sacrifício desses jovens que pela liberdade e a paz, juntamente com muitos outros exércitos, combateram e morreram.

35 anos passaram; e eis que hoje, aqui em Montecassino, na célebre Abadia ressurgida e gloriosa, um filho da Polónia, tornado Sumo Pontífice, está a recordar e sufragar os seus irmãos, e juntamente todos os Caídos, vítimas das ideias erradas e dos contrastes humanos.

Oh, verdadeiramente misteriosos são os desígnios de Deus e imprevisíveis os caminhos da história! Quem poderia imaginar que este século, tão estupendo pelas conquistas e pelo progresso, veria desencadeados tanto ódio e tanta crueldade? E quem poderia prever que, da martirizada e humilhada Polónia, surgiria a voz do Sucessor de Pedro?

Não se pode deixar de tremer, na previsão do futuro, com a certeza porém fundada de que, através das alternativas às vezes trágicas da humanidade, Cristo sempre vence, e o amor, por fim, é sempre igualmente vencedor.

Há nove anos quis subir cá acima, a Montecassino, com 200 sacerdotes ex-prisioneiros de Dachau e de Mathausen. Hoje, sendo Vigário de Cristo, regresssei, trazendo no coração, já não só a Polónia, mas também a Itália e o mundo inteiro.

Estou aqui para orar, para meditar convosco e também para traçar um programa de vida à luz de Montecassino e de São Bento.

1) Escutemos, primeiro, a voz de Montecassino.

Que nos pode dizer, que nos quer dizer este monumento insigne de religiosidade e humanidade?

Três vezes foi destruído e três vezes ressurgiu dos escombros, continuando centro místico de inefável valor para a Itália, para a Europa

e para o mundo. Aqui subiram os humildes e os poderosos, os santos e os pecadores, os místicos e os desesperados.

Aqui vieram poetas, escritores, filósofos e artistas.

Aqui chegaram almas sedentas de verdade ou atormentadas pela dúvida; e encontraram paz e certeza.

Aqui chegaram, alquebradas e timorosas, multidões inermes e fugitivas, vítimas das borrascas dos tempos; e encontraram refúgio e conforto.

Como se explica este afluxo, de gente humilde ou importante, a Montecassino?

Dante Alighieri, como bem sabeis, faz que o explique o próprio São Bento:

"Aquele monte em cuja costa está Cassino / foi já habitado no seu cume / por gente enganada e mal disposta. / E fui eu quem primeiro trouxe aqui acima / o nome d'Aquela que à terra fez vir / a verdade, que tanto nos sublima: / E tanta graça cá em cima me brilhou / que eu tirei as vilas circunstantes / do impio culto, que seduziu o mundo" (1).

Sempre aqui se veio e se continua a vir para encontrar "a verdade que tanto nos sublima", para respirar outra atmosfera, transcendente e transformante.

Por isso, ó povos, vinde a Montecassino! Vinde meditar sobre a história passada e compreender o significado verdadeiro da nossa peregrinação terrena. Vinde readquirir paz e serenidade, intimidade com Deus e amizade com os homens, para levar esperança e bondade às frenéticas metrópoles do mundo moderno, à angústia de tantas almas atormentadas e desiludidas.

Vinde especialmente vós, jovens, sedentos de inocência, de contemplação, de beleza interior e de alegria pura; vós, que procurais o significado último e decisivo da existência e da história, vinde, reconhecei e saboreai a espiritualidade cristã e beneditina, antes de vos deixardes atrair por outras experiências.

E vós, Monges Beneditinos, mantende viva a vossa espiritualidade, a vossa mística contemplação unida ao trabalho, entendido como serviço de Deus e dos irmãos. A vossa alegria íntima seja o louvor de Deus por meio da forte e doce língua latina e das sublimes e purificadoras melodias gregorianas. Sede exemplo para o mundo com o vosso trabalho, no silêncio e na humilde obediência.

2) Escutemos, em especial, a voz de São Bento.

Homem representativo e verdadeiro gigante da história, São Bento é grande não só pela santidade, mas também pela inteligência e laboriosidade, que souberam dar novo curso aos acontecimentos da história.

Da sua vida interessante e aventureira recordemos apenas os extremos: Nascido cerca do ano 480 em Nórícia, ou seja nas montanhas interiores da Umbria, Bento estudou algum tempo retórica em Roma. Depois, apavorado ou desgostoso com a corrupção do ambiente, retirou-se para junto do lago do Aniene, em Subiaco, na solidão, onde surgiram nada menos de treze mosteiros. Obrigado a abandonar o vale do Aniene, dirigiu-se Bento para esta elevada colina que domina o "Borgo" de Cassino, onde em 529 fundou o célebre mosteiro e se dedicou à evangelização daquelas gentes ainda pagãs, enquanto sua irmã Escolástica dirigia o cenóbio das religiosas.

Pelos fins do século V, estava o mundo transtornado por tremenda crise dos valores e das instituições, causada pelo fim do império romano, pela invasão doutros povos e pela decadência dos costumes.

Nessa noite escura da história, foi São Bento astro luminoso.

Dotado de profunda sensibilidade humana, São Bento, no seu projecto de reforma da sociedade, olhou sobretudo para o homem, seguindo três linhas directivas:

— o valor de cada homem, como pessoa;

— a dignidade do trabalho, entendido como serviço de Deus e dos irmãos;

— a necessidade da contemplação, ou seja, da oração: tendo compreendido que Deus é o Absoluto — e

no Absoluto vivemos — deve ser a oração a alma de tudo: "Ut in omnibus glorificetur Deus" (2).

Em síntese, pode-se dizer assim que a mensagem de São Bento é convite à interioridade. O homem deve, primeiro que tudo, entrar em si mesmo, deve conhecer-se profundamente, deve descobrir dentro de si a aspiração para Deus e os vestígios do Absoluto. O carácter teocêntrico e litúrgico da reforma social, propugnada por São Bento, parece recalcar a célebre exortação de Santo Agostinho: "Noli foras ire, in teipsum redi; in interiore homine habitat veritas" (3). São Gregório, nos seus célebres "diálogos" (4), em que narra a vida de São Bento, escreve que Ele "habitou só consigo mesmo, sob o olhar de quem nos vê do alto; solus superni spectatoris oculis habitavit secum" (5).

Ouçamos a voz de São Bento: da solidão interior, do silêncio contemplativo, da vitória sobre o rumor do mundo exterior, deste "habitar consigo mesmo", nasce o diálogo consigo e com Deus, que leva até aos cumes da ascética e da mística.

3) E, por último, escutemos a voz dos tempos.

A voz dos nossos tempos, que vivemos com ansiedade e inquietação, diz-nos que os homens tendem cada vez mais para a unidade. Sente-se a necessidade de maior conhecimento recíproco entre os indivíduos e os povos.

Mas hoje é especialmente a Europa que está a realizar a sua unidade, não só económica, mas também social e política, embora no respeito de cada nacionalidade.

Muitos e complicados são os problemas que hão-de ser enfrentados e resolvidos, desde o campo cultural e escolar até ao jurídico e económico.

Mas escutando São Bento, que foi definido por Pio XII "Pai da Europa" e Paulo VI decretou como celeste Padroeiro da mesma, os tempos levam a uma compreensão mútua, cada vez mais intensa, que vencerá e ultrapassará as desigualdades sociais, a indiferença egoísta, a prepotência e a intolerância.

E não é esta a mensagem da fé cristã? Esta fé cristã que é a alma e o espírito da Europa e nos convida a sermos mansos, pacientes, misericordiosos, agentes de paz, puros de coração, pobres de espírito, famintos e sedentos de justiça (6).

A voz de São Bento une-se deste modo à voz dos tempos. Sejam programa de vida, para a Europa e para todos, as Bem-aventuranças.

Também a nós diz São Paulo: *Revesti-vos, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão e longanimidade, suportando-vos uns aos outros e perdoadando-vos mutuamente, se algum tiver razão de queixa contra o outro... Mas, acima de tudo, revesti-vos da caridade que é o vínculo da perfeição. Resida nos vossos corações a paz de Cristo* (7).

Voltemos para Maria Santíssima o nosso olhar e o nosso coração. Ela nos ajude a estarmos todos de acordo em unir a Europa e o mundo inteiro sob o sol único que é Cristo.

Em 1944, no fim das trágicas jornadas de Montecassino, logo que as tropas atingiram os montões de ruínas ainda fumegantes, um grupo de soldados católicos polacos quis erigir sobre elas uma capelinha dedicada a Maria Santíssima; depois adornaram-na, conforme permitiam aquelas dramáticas circunstâncias, e por fim prostraram-se em oração confiante.

Sobre esse solo se ergue hoje esta nova Igreja.

Irmãos e filhos caríssimos, namo-nos na oração a Maria, na imitação das suas virtudes, no amor filial e coerente; e, depois, sigamos para a frente com fé e coragem, dizendo com São Bento: "Ora et labora et noli contristari".

1) DANTE ALIGHIERI, "La Divina Comedia": *Paraíso*, XXII, 37-45.

2) Regra.

3) *Vera rel.* 39, 72.

4) Migne, *PL* LXVI, 125-204.

5) Livro II, c. III.

6) Mt. 5, 1-12.

7) Col. 3, 12-15.

No dia 30 de Junho próximo

Consistório Secreto para a nomeação de novos Cardeais

No dia 30 de Junho próximo terá lugar o Consistório Secreto em que o Santo Padre João Paulo II elevará à dignidade cardinalícia os seguintes Prelados:

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. AGOSTINO CASAROLI, Arcebispo Titular de Cartago, Pró-Secretário de Estado

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. GIUSEPPE CAPRIO, Arcebispo Titular de Apolónia, Pró-Presidente da Administração do Património da Sé Apostólica

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. MARCO CE, Patriarca de Veneza

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. EGANO RIGHI LAMBERTINI, Arcebispo Titular de Doclea, Nuncio Apostólico na França

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. IOSEPH-MARIE TRINH VAN-CAN, Arcebispo de Hanoi

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. ERNESTO CIVARDI, Arcebispo Titular de Sárdica, Secretário da Sagrada Congregação para os Bispos

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. ERNESTO CORRIPIO AHUMADA, Arcebispo de México

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. IOSEPH ASAJIRO SATOWAKI, Arcebispo de Nagasaki

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. ROGER ETCHEGARAY, Arcebispo de Marselha

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. ANASTASIO ALBERTO BALLESTRERO, Arcebispo de Turim

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. TOMAS O'FIAICH, Arcebispo de Armagh

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. GERALD EMMETT CARTER, Arcebispo de Toronto

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. FRANCISZEK MACHARSKI, Arcebispo de Cracóvia

Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor D. WLADISLAW RUBIN, Bispo Titular de Serta, Auxiliar do Em.mo Senhor Cardeal Arcebispo de Gniezno, Secretário-Geral do Sínodo dos Bispos

Derrogando o N. 33 da Constituição Apostólica "Romano Pontifici eligendo", o Santo Padre elevará, ainda, à sagrada Púrpura, no mesmo Consistório, outro Prelado, cujo nome reserva *in pectore*.

Saudações a grupos particulares

A Peregrinações italianas

Dirijo cordiais boas vindas às numerosas peregrinações italianas, tão bem organizadas pelas respectivas Comunidades diocesanas e acompanhadas pelos seus Pastores. Em particular saúdo os fiéis das Dioceses de Monopoli e Conversano, de Matera e Irsina, de Tursi-Lagonegro, de Lanciano e Ortona, e com o meu pensamento igualmente afectuoso abranço a peregrinação dirigida pelos Padres Passionistas para recordar o centenário do nascimento de Santa Gemma Galgani.

Caríssimos Irmãos e Irmãs, estamos num clima espiritualmente estimulante da estação litúrgica pascal que tem o seu auge nas festas da Ascensão de Jesus e do Pentecostes, as quais assinalam o triunfo final da missão salvífica

Director
VALERIO VOPINI

LUIS DA SILVA
Redactor-Chefe da Edição

TIPOGRAFIA DE L'OSSERVATORE ROMANO

Audiência geral de quarta-feira, 23 de Maio

A Igreja deve renovar a sua consciência missionária

A Audiência geral de quarta-feira, dia 23 de Maio, teve lugar às 18.00 horas, na Praça de São Pedro.

Aos milhares de fiéis e peregrinos das mais diversas nações, que vieram para ver e escutar o Santo Padre, dirigiu João Paulo II o discurso e as saudações cujos textos transcrevemos a seguir:

1. Amanhã termina o período de 40 dias, que separa o momento da Ressurreição do Senhor Nosso Jesus Cristo da Sua Ascensão. Este é também a altura da separação definitiva entre o Mestre, e os Apóstolos e discípulos. Num momento tão importante, Cristo confia-lhes a missão que Ele próprio recebera do Pai e principiou na terra: Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós (1). Isto lhes disse durante o primeiro encontro depois da Ressurreição. Nesta altura encontravam-se na Galileia, segundo escreve S. Mateus: Os onze Discípulos partiram para a Galileia, para o monte que Jesus lhes tinha designado. Quando O viram, adoraram-n'O; alguns, no entanto, duvidavam ainda. Aproximando-se deles, Jesus disse-lhes: "Foi-me dado todo o poder no céu e na terra: Ide pois ensinar todas as nações, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-lhes a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo" (2).

As palavras citadas contêm o chamado mandato missionário. Os deveres que transmite Cristo aos Apóstolos definem ao mesmo tempo a natureza missionária da Igreja. Esta verdade encontrou a sua expressão particularmente plena no ensinamento do Concílio Vaticano II. "A Igreja que vive no tempo é, por sua natureza, missionária, visto ter a Sua origem, segundo o designio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo" (3). A Igreja, nascida desta missão salvífica, encontra-se sempre "in statu missionis" (em estado de missão), e está sempre a caminho. Tal condição reflecte as forças interiores da fé e da esperança que animam os Apóstolos, os discípulos e os confessores de Cristo Senhor, durante todos os séculos. "Muitos deixam de se fazer cristãos nestas terras, por não haver quem se ocupe de tão santas obras. Muitas vezes me vem ao pensamento ir aos colégios da Europa, levantando a voz como homem que perdeu o juízo... aos que têm mais letras que vontade para se disporem a frutificar com elas. Quantas almas deixam de ir para a glória por negligência deles!... Muitos desses deveriam procurar exercitar-se em ouvir o que o Senhor lhes diz. Então exclamaríamos do fundo da alma: 'Eis-me aqui, Senhor; que quereis que eu faça? Mandai-me a qualquer que desejeis'" (4).

Nesta nossa época, estas forças, chamadas pelo Concílio nominalmente, devem ressoar de novo. A Igreja deve renovar a sua consciência missionária, o que, na prática apostólica e pastoral dos nossos tempos, exige certamente muitas novas aplicações; entre elas, uma renovada activi-

dade missionária da Igreja motiva, ainda mais profundamente, e postula, ainda mais fortemente, esta actividade.

2. Aqueles que o Senhor Jesus manda — ou aqueles que, dez dias depois da Ascensão hão-de sair do cenáculo do Pentecostes, ou todos os outros — geração após geração até aos nossos tempos — levam consigo um testemunho que é a primeira fonte e o conteúdo fundamental da evangelização: *Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis Minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria, e até aos confins do mundo* (5). São encarregados de ensinar testemunhando. "O homem contemporâneo escuta de melhor vontade as testemunhas que os mestres, ou se escuta os mestres fá-lo porque são testemunhas" (6).

Quando relemos, quer nos Actos dos Apóstolos quer nas Epístolas, a regitação da catequese apostólica, verificamos com que exactidão os primeiros executores do mandato apostólico de Cristo encarnaram na vida este encargo. Diz São João Crisóstomo: "Se o fermento, misturado com a farinha, não transformar toda a massa numa só qualidade, terá sido verdadeiramente fermento? Não digas que não podes levar os outros; na verdade, se fores verdadeiro cristão, é impossível que isto não aconteça" (7).

Quem realiza a obra da evangelização não é sobretudo professor. É mensageiro. Comporta-se como homem a quem está confiado um grande mistério. É ao mesmo tempo como aquele que descobriu pessoalmente o tesouro maior, como o "escondido num campo" da parábola de Mateus (8). O estado da sua alma é, então, caracterizado também pela prontidão em reparti-lo com os outros. Mais ainda que a prontidão, sente um imperativo interior, na linha daquele magnífico "urget" de Paulo (9).

Todos nós descobrimos esta fisionomia interior lendo e relendo as obras de Pedro, de Paulo, de João e doutros, para conhecermos — por meio das suas obras, das palavras pronunciadas e das cartas escritas — que eram verdadeiramente os Doze. A Igreja nasceu "in statu missionis" nos homens vivos.

Este carácter missionário da Igreja renovou-se em seguida noutros homens concretos, de geração em geração. É necessário caminhar segundo as pegadas destes homens a quem, nas diversas épocas, foi confiado o Evangelho como obra da salvação do mundo. É necessário vê-los como eram por dentro. Como os plasmou o Espírito Santo. Como os transformou o amor de Cristo. Só então vemos de perto a realidade que esconde em si a vocação missionária.

3. Na Igreja, em que é evangelizador cada homem, Cristo continua a escolher os homens que quer "para os ter consigo e para os enviar a pregar às nações" (10); deste modo a narração do envio dos Apóstolos torna-se história da Igreja da primeira à última hora.

A qualidade e o número das vocações são sinal da presença do Espírito Santo, porque é o Espírito "que distribui como quer os seus carismas para bem das almas"; para este supremo bem, Ele "inspira no coração de cada um a vocação missionária" (11). É sem dúvida o Espírito que inspira e move os homens antecipadamente escolhidos, para a Igreja poder assumir a Sua responsabilidade evangelizadora. Sendo, de facto, a Igreja a missão encarnada, revela esta sua encarnação primeiro que tudo nos homens da missão: Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós (12).

Na Igreja, a presença de Cristo que chama e envia como durante a Sua vida mortal, e do Espírito Pentecostal que inflama, é a certeza de que as vocações missionárias não faltarão nunca.

Estes separados e designados pelo Espírito (13) "são marcados com vocação especial entre os povos e são enviados pela legítima autoridade: homens e mulheres, autóctones e estrangeiros: sacerdotes, religiosos e leigos" (14). Surgirem e multiplicarem-se pessoas consagradas por toda a vida às missões, é também índice do espí-

rito missionário da Igreja: da geral vocação missionária da comunidade cristã brota a especial e específica vocação do missionário: a vocação de facto não é nunca directamente singular, mas toca o homem por meio da comunidade.

O Espírito Santo, que inspira a vocação de cada um, é o mesmo que "suscita na Igreja Institutos, que assumem como tarefa própria, o dever de evangelizar, que pertence a toda a Igreja" (15). Ordens, Congregações e Institutos missionários representaram e viveram por séculos o compromisso missionário da Igreja e vivem-no ainda hoje em plenitude.

A estas Instituições, portanto, confirma a Igreja a Sua confiança e o Seu mandato; e com alegria e esperança saúda as novas que surgem na Comunidade do mundo missionário. Mas elas, por sua vez, sendo a expressão da missionariedade também das Igrejas locais de que surgiram, em que vivem e em cujo favor operam, pretendem dedicar-se à formação dos missionários que são os verdadeiros agentes da evangelização na linha dos Apóstolos de Cristo. O número destes não deve diminuir, antes deve proporcionar-se às necessidades imensas dos tempos não longínquos em que os povos se abram a Cristo e ao Seu Evangelho de vida.

Além disso, não passa despercebido a ninguém um sinal da nova época missionária que a Igreja espera e prepara: as Igrejas locais, antigas e novas, são vivificadas e agitadas por uma ansiedade nova, a de encontrarem formas de acção especificamente missionárias com o envio dos próprios membros aos povos, quer individualmente quer inscrevendo-se nas Instituições missionárias. A missão evangelizadora "que diz respeito (precisamente) à Igreja toda" é cada vez mais sentida como esforço directo das Igrejas locais que por isso dão aos campos missionários os seus sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos. Bem o viu e descreveu o Papa Paulo VI: "Evangelizadora, a Igreja começa por evangelizar-se a si mesma... Quer isto dizer, numa palavra, que Ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quer conservar frescura, rasgo e força para anunciar o Evangelho".

Como consequência, cada Igreja deverá colocar-se na perspectiva daquela vocação apostólica, que Paulo reconhecia em si quanto aos gentios e por causa da qual dizia: *Ai de mim se não evangelizar* (16).

4. O primeiro domingo de Maio era consagrado de modo especial à oração pelas vocações. Prolongámos esta oração por todo o mês, recomendando este problema tão importante à Mãe de Cristo e da Igreja, Maria.

Agora no período da Ascensão do Senhor, preparando-nos para a solenidade do Pentecostes, desejamos exprimir nesta oração o carácter missionário da Igreja. Por isso, pedimos também que a graça da vocação missionária, concedida à Igreja desde os tempos apostólicos através de tantos séculos e tantas gerações, ressoe na geração contemporânea dos cristãos com novo vigor de fé e de esperança: *Ide... e ensinai todas as nações* (17).

1) Jo. 20, 21.

2) Mt. 28, 16-20.

3) Ad Gentes, 2.

4) SÃO FRANCISCO XAVIER, Carta a Santo Inácio de Loyola, de 1544: H. Tursellini, *Vita Francisci Xaverii*, Romae 1956, lib. 4; cit. segundo o "Breviário Romano", *Officium Lektionis* para 3 de Dezembro.

5) Act. 1, 8.

6) PAULO VI, *Discurso aos Membros do "Consilium de Laicis"*, 2 de Outubro de 1974; AAS 66, 1974, p. 31.

7) S. IOANNES CHRYSOSTOMUS, *In Acta Apostolorum Homilia XX*, 4, PG 60, 163.

8) Cfr. Mt. 13, 44.

9) Cfr. 2 Cor. 5, 14.

10) Ad Gentes, 25.

11) *Ibid.*

12) Jo. 20, 21.

13) Act. 13, 2.

14) Ad Gentes, 25.

15) *Ibid.*

16) 1 Cor. 9, 16.

17) Act. 28, 19.